



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
TELEFONE: 5534321100

**PROTOCOLO Nº:** 5563/2024  
**Nº CONTROLE:** 296451 **CGM:** 90933  
**TITULAR:** ANSUS SERVICOS LTDA  
**CNPJ:** 05127846000534 **TELEFONE:** 55,3222.5037  
**ASSUNTO:** APRESENTA SOLICITAÇÃO -  
**LOGRADOURO:** BORGES DE MEDEIROS, R, 2573  
**BAIRRO:** BAIRRO CAFIFAS  
**MUNICÍPIO:** ITAQUI  
**DATA:** 11/06/2024  
**USUÁRIO QUE CRIOU O PROCESSO:** VERA SUSSANA ESPINDOLA VARGAS

**OUTROS DADOS**

RECURSO

**DOCUMENTOS**

Razões Recursais *Ansus Servicos.*

**ASSINATURA DO REQUERENTE**

ANSUS SERVICOS LTDA

**ASSINATURA RETIRADA DE DOCUMENTOS**

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOME:

CPF/CI:



AO MUNICÍPIO DE ITAQUI/RS  
SECRETARIA DE OBRAS INFRAEST. E DESENV. URBANO E RURAL  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2023

OBJETO: RECURSO ADMINISTRATIVO

Presidente da Comissão de Licitações,

**ANSUS SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.127.846/0001-00, com sede na Rua Orlando Fração, nº 118, sala 102, Bairro Duque de Caxias, CEP 97070-800, Santa Maria/RS, e-mail: [ansus@ansus.com.br](mailto:ansus@ansus.com.br), telefone: (55) 3222 5037, neste ato representada por seu sócio administrador, **ELTON GIOVANI TOMAZZETTI**, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 4.28.448.000-68, com amparo no disposto no inciso I, alínea "b" do art. do art. 109 da Lei Nº 8.666/93, apresenta **recurso administrativo** em face da decisão, proferida em ata 029/2024, que declarou todas as empresas como habilitadas, em desconformidade com o respectivo edital.

**Requer** o recebimento do presente recurso e, não havendo reconsideração da decisão por parte da Presidente desta Comissão, seja o mesmo encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal de Itaquí, na condição de autoridade superior ou outra autoridade competente para julgá-lo.

Itaquí, 10 de junho de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
**ELTON GIOVANI TOMAZZETTI**

**Sócio Administrador da Recorrente**

Rua Orlando Fração, nº 118, sala 102, Bairro Duque de Caxias  
CEP: 97070-800 - Santa Maria/RS

Contato: [ansus@ansus.com.br](mailto:ansus@ansus.com.br) ou (55) 3222.5037

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE ITAQUI/RS.

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2023

OBJETO: RECURSO ADMINISTRATIVO

**ANSUS SERVIÇOS LTDA**, já qualificada nos autos do Processo licitatório supra, neste ato representada por sócio administrador, na forma do art. 109, I, "b" da Lei Federal nº 8.666/93, vem, tempestivamente, perante Vossa Excelência apresentar

#### **RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face de decisão, proferida em Ata nº 029/2024, que considerou todos os concorrentes devidamente habilitados, sem que estes atendessem, de fato, aos requisitos objetivos previstos no respectivo edital.

#### **I – DA OBRIGATORIEDADE DA ATIVIDADE DE TRANSBORDO**

O presente edital nº 004/2023 separou a proposta em itens, como forma de que se demonstre de forma especificada os valores para cada etapa do serviço a ser realizado. Isso porque, para cada etapa do serviço há uma forma de composição de custos. Em momento algum isso significa que uma das etapas pode ser dispensada.

Rua Orlando Fração, nº 118, sala 102, Bairro Duque de Caxias  
CEP: 97070-800 - Santa Maria/RS

Contato: [ansus@ansus.com.br](mailto:ansus@ansus.com.br) ou (55) 3222.5037



Tanto o é que o próprio termo de Referência - que indica como construir a proposta e executar os serviços - da conta de indicar de maneira clara, expressa e destacada:

### TERMO DE REFERÊNCIA

Itaqui, 24 de novembro de 2023

1. **DEMANDANTE:** Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e Rural

2. **OBJETO:**

**A proposta será selecionada com o menor valor global da soma dos itens 01 e 02.**

2.1 - Constitui objeto do presente Termo de Referência **contratação de empresa** especializada em coleta, transbordo, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU (Orgânicos).

Item 01- serviço de coleta, porta a porta e resíduos sólidos domiciliares e comerciais

Item 02- Transbordo e transporte até o Aterro Sanitário devidamente licenciado

No mais, a intenção é justamente a contratação de **EMPRESA** e não de **EMPRESAS**, porque não se entende pela separação dos itens, mas somente das etapas, visando que apenas UMA EMPRESA seja a ganhadora do certame.

Nesse sentido, para que as empresas concorrentes no presente certame sejam habilitadas devem apresentar habilitação jurídica e técnica para TODOS os itens.

Isso inclui a atividade de transbordo. Isso porque esta, por sua vez, é obrigatória na gestão de resíduos sólidos de municípios que não possuam aterro sanitário em seu território ou para situações em que seja inviável economicamente fazer a quilometragem até o aterro sanitário diariamente com os veículos da coleta, sobretudo atualmente, guiado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/10.

Rua Orlando Fração, nº 118, sala 102, Bairro Duque de Caxias  
CEP: 97070-800 - Santa Maria/RS  
Contato: [ansus@ansus.com.br](mailto:ansus@ansus.com.br) ou (55) 3222.5037





Para o Município de Itaqui, sem a operação do transbordo, se tornará mais oneroso o transporte de resíduos sólidos até a destinação final em quaisquer dos aterros sanitários mais próximos. Primeiramente, analisemos como o Município descreveu as etapas em seu Termo de Referência:

2.2 – Os serviços de coleta, transbordo\*, transporte e destinação final de RSU citados neste termo de referência, compreendem as seguintes etapas dessa cadeia de serviços:

- a) A coleta de RSU dentro do território do Município, conforme itinerários, datas e locais e quantidades estimadas com base nos últimos 12 meses;
- b) O transporte do RSU coletado até as estações de transbordo\*, devidamente licenciados;
- c) O transbordo\* do lixo coletado;
- d) O transporte dos RSU até o aterro sanitário devidamente licenciado;
- e) A destinação final do RSU coletado (orgânico e rejeitos sólidos não recicláveis e aqueles recicláveis sem interesse comercial), em aterro sanitário devidamente licenciado.

Portanto, a etapa de coleta ocorre no sistema denominado "porta a porta", ou seja, o caminhão compactador realiza o deslocamento dentro das áreas do Município, coletando os resíduos dos cidadãos, por intermédio de coletores de lixo – comumente conhecidos como "garis". O resíduo coletado nesse momento é disposto e um veículo compactador – comumente conhecido como "caminhão de lixo".

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
**Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e Rural**

Parque de Máquinas – Rua Mariano Pinto, nº 120 – Bairro União  
CEP: 97650-000 Fone: (55) 3432-1180 Ramal 281 e-mail: obras@itaqui.rs.gov.br



Foto de caminhão compactador extraída do próprio Termo de Referência elaborado pelo Município de Itaquí.

A ideia dessa etapa é justamente retirar o resíduo da frente da residência dos cidadãos, mantendo uma cidade organizada e ajustada. No entanto, no outro dia o mesmo veículo deverá realizar novamente a atividade, em área diferente ou não a depender da logística e projeto de cada município.

Logo, é necessário retirar esse resíduo de dentro do caminhão compactador ao final da rota diária, para que no dia seguinte possa realizar nova rota. E, portanto, é necessário um local apropriado para tanto, com todas as especificações técnicas e ambientais que permitam o seu depósito, devidamente licenciado ambientalmente.

Esse local é denominado de unidade ou estação de transbordo, onde o lixo será transferido para um caminhão carreta que fará o transporte dos resíduos até o destino final – aterro sanitário. **Sem a atividade de transbordo como se transferirá o resíduo coletado para a carreta de transporte até o destino final de Itaquí?**

Rua Orlando Fração, nº 118, sala 102, Bairro Duque de Caxias  
CEP: 97070-800 - Santa Maria/RS  
Contato: [ansus@ansus.com.br](mailto:ansus@ansus.com.br) ou (55) 3222.5037





Sendo assim, o serviço de coleta de resíduos só finaliza, quando o mesmo é transportado, ao final da rota de trabalho, até a unidade de transbordo, conforme descrições de etapas realizadas pelo próprio edital e acima destacadas.

No mais, caso o entendimento seja de que pode haver a contratação de uma empresa para cada item descrito no edital, tem-se as seguintes hipóteses, cuja atividade de transbordo é essencial:

- 1) Separação da contratação por item: no caso de uma empresa ganhar a etapa de coleta e outra ganhar a etapa de transbordo e transporte, torna-se essencial a unidade de transbordo, uma vez que os resíduos deverão ser, invariavelmente, transferidos dos caminhões compactadores para as carretas de transporte. Não há como fazer essa transferência sem a unidade de transbordo;
- 2) Contratação por valor global, de uma única empresa, sem separação por lote: todas as empresas devem apresentar habilitação técnica através de atestados para todos os itens – coleta, transbordo, transporte e destinação final.

Verifica-se que em ambas, a etapa de transbordo é essencial e, portanto, assim também o é a apresentação de qualificação técnica para tal operação.

No mais, a suposta faculdade a respeito da unidade de transbordo – referente ao valor 10% superior nas propostas – é caso haja a necessidade de CONSTRUÇÃO de uma unidade de operação, tendo em vista que o Município não detém tal infraestrutura (é de particular, que opta, por sua mera liberalidade em alugar à empresa que executa tal serviço).

Portanto, reitera-se: a suposta opção a respeito do transbordo, é referente a possível necessidade de CONSTRUÇÃO da unidade de operação e não para a EXECUÇÃO do serviço. Esta última, por sua vez, é imprescindível.

Rua Orlando Fração, nº 118, sala 102, Bairro Duque de Caxias  
CEP: 97070-800 - Santa Maria/RS

Contato: [ansus@ansus.com.br](mailto:ansus@ansus.com.br) ou (55) 3222.5037



Tanto o é que o próprio Termo de Referência indica, em seu item 4.3, sobre a opção de utilizar unidade intermediária ou efetiva, mas em momento algum indica sobre não utilizar a etapa de transbordo, vejamos:

4.3 – A empresa participante do certame licitatório poderá optar pela utilização de estação intermediária de transbordo para a execução dos serviços (desde que a mesma seja localizada em perímetro rural), com posterior transporte em caminhão de grande porte até aterro sanitário ou então outra opção que deverá ser discriminada na planilha de custo. (No caso de utilização de estação de transbordo a mesma deverá possuir licença ambiental em vigor).

Sendo assim, a etapa de transbordo é imprescindível. Logo, as empresas devem apresentar a respectiva qualificação técnica para tanto. Por fim, em não cumprimento com o requisito técnico, depreende-se que não possui qualificação técnica necessária para a realização dos sus serviços, gerando risco ao Município no desempenho e eficiência de atividade essencial.

Portanto, requer-se que sejam inabilitadas as empresas licitantes que não cumpriram com todos os requisitos do edital, conforme se passará a demonstrar abaixo.

**A) DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA ECO VERDE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO ME: NÃO APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA A ATIVIDADE DE TRANSBORDO**

Conforme análise feita da documentação da empresa Eco Verde: Prestação de Serviços, verifica-se que esta nunca realizou a atividade de transbordo. Em que pese o atestado apresentado na fl. 677 do presente processo licitatório, conste a atividade

de transbordo, assim ocorreu porque é o que consta descrito no respectivo contrato nº 154/2024, cujo período indicado foi entre 15/08/2014 e 15/08/2015.

No entanto, basta uma simples diligência – o que, respeitosamente, sugere-se desde já a esta Comissão de Licitações – para se verificar que a atividade de transbordo nunca ocorreu no Município de São Borja.

No site da Prefeitura Municipal de São Borja é possível verificar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de São Borja<sup>1</sup>, referente ao ano de 2015, e aprovado pelo Decreto Municipal nº 16.122, que apresenta de forma clara e expressa que o Município de São Borja até aquele momento não detinha a atividade de transbordo. Vejamos:



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de São Borja

127

#### 4.1 COLETA DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO

##### 4.1.1 Resíduos Sólidos Domiciliares no Município – RSD:

A cidade de São Borja conta com o contrato de prestação de serviços para a realização da coleta, transporte e destinação final de todos os resíduos sólidos urbanos do município.

Os resíduos sólidos orgânicos e inorgânicos são coletados, transportados e tem destinação final realizada pela Empresa **ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA. – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.136.424/0001-64, estabelecida na Avenida Farroupilha, nº 505, na cidade de Vila Maria – RS, representada pelo Sr. Josiel Augusto Rizzotto, portador da CPF nº 006.314.380-17, conforme Decreto Municipal nº 14.583/2013 e Lei Municipal nº 8.666/93.

<sup>1</sup> <https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/agricultura-e-meio-ambiente>

No mais, ao descreverem o que, à época se entendia como serviço de transbordo, o referido Plano Municipal indicou como sendo realizado pela empresa Ecolix.



Estado do Rio Grande do Sul  
 Prefeitura Municipal de São Borja

136

A técnica utilizada em São Borja, através da Empresa Ecolix, é realizada pela utilização de um caminhão compactador acoplado a um transbordo móvel, que tem a facilidade de coletar e ao mesmo tempo compactar esse resíduo, armazenando o chorume num tanque de armazenamento de aproximadamente 450 litros. Esse caminhão desenvolve uma técnica avançada junto ao transbordo que consiste no envelopamento do resíduo, ele empacota e encaminha à remediação ou a um outro lugar onde se possa armazenar por pelo menos dois anos, levando em conta a alta umidade e uma precipitação constante existente no município que produz dessa forma, um resíduo mais encharcado.



FOTO 03 – Transporte do RS

FOTO 04 – Caminhão compactador



FOTO 05 – Resíduo prensado/envelopado

FOTO 06 – Destinação Final/Lagoa

Rua Orlando Fração, nº 118, sala 102, Bairro Duque de Caxias  
 CEP: 97070-800 - Santa Maria/RS  
 Contato: [ansus@ansus.com.br](mailto:ansus@ansus.com.br) ou (55) 3222.5037





Visivelmente tal atividade não pode ser considerada, nos dias atuais como atividade de operação de unidade de transbordo. Entre o Município de São Borja e o Município de Itaqui, há um entendimento diverso do que é ou era a atividade de transbordo há 10 anos atrás.

Para o contrato de Itaqui, é pedido TECNICAMENTE a existência de uma Unidade de Transbordo, que é um local, devidamente licenciado, hoje através da CONSEMA 372/2018 e suas alterações, coberto, com piso impermeável, organizado com rampa ou com diferença de nível de modo a facilitar a operação do carregamento dos resíduos oriundos da coleta convencional, trazidos em caminhões compactadores, a serem carregado através de maquinário adequado (ex: pá carregadeira ou retroescavadeira) para o caminhão dotado de caçamba basculante. Este local deve ter também canaletas para recolhimento do efluente gerado pela lavagem do piso, bem como unidade de tratamento destes efluentes.

Contudo, pelo que foi apresentado no atestado de capacidade técnica referente ao contrato nº 154/2014, originado do processo licitatório de Concorrência Pública nº 03/2013 e corroborado pelo Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos São Borja de 2015, bem como pelo site da FEPAM - o qual era o órgão licenciador das Unidades de Transbordo no Estado do Rio Grande do Sul até o ano de 2018, com o surgimento da Resolução CONSEMA 372/2018 - é de que **nunca houve uma Unidade de Transbordo de Resíduos no Município de São Borja.**

Conforme as fotos do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos São Borja, publicado em 2015, bem como descrição da própria atividade, está claro e unânime que **não existia no Município de São Borja unidade de transbordo.** Ainda, resta visível que **a palavra transbordo descreve o ato de apenas descarregar o resíduo da coleta no antigo lixão do respectivo município (que possui, inclusive, um termo de Ajustamento de Conduta, firmado junto**



Ministério Público Estadual<sup>2</sup>) e carregar em carreta; ou, então, atribui o termo "transbordo" à capacidade de acondicionamento do próprio caminhão compactador, após o resíduo ser compactado.

Em ambos os casos, o atestado da empresa Eco Verde não comprova a capacidade técnica que busca o edital nº 004/2023, do Município de Itaqui, ora Licitante. Tanto o é, que esse é o único atestado apresentado pela empresa, que há mais de 10 anos não realiza as atividades de transbordo, se é que em algum momento realizou.

Assim, verifica-se uma tentativa de induzir esta comissão de licitação em erro, em total má-fé por parte da empresa. A ausência de capacidade para realizar a operação constitui um risco ao Município Licitante, devendo a mesma ser inabilitada.

Portanto, requer-se a inabilitação da empresa Eco Verde: Prestação de Serviços de Coleta de Lixo Ltda ME, frente à ausência de comprovação de capacidade técnica para executar o serviço de transbordo.

Subsidiariamente, sugere-se, respeitosamente, ao Município Licitante, por intermédio da Comissão de Licitações, que realize diligência junto ao Município de São Borja para averiguar quais as atividades, de fato, exercidas no contrato que ensejou o respectivo atestado de capacidade técnica e como esse ocorria.

**B) DA DOCUMENTAÇÃO DA EMPRESA BRISA TRANSPORTES NÃO APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA A ATIVIDADE DE TRANSBORDO**

<sup>2</sup> <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/mpf-oferece-nova-denuncia-contr-prefeito-de-sao-borja-rs/3038023>

De forma breve e objetiva, a empresa Brisa Transportes Ltda não apresentou atestado de capacidade técnica que comprove a execução das atividades de Transbordo e Transporte.

Portanto, postula-se pela inabilitação da empresa Brisa Transportes Ltda, uma vez que não apresentou requisito básico exigido no edital em questão, descumpriu o item 5.3.3 da Qualificação Técnica.

## **II – DOS REQUERIMENTOS**

**Diante do exposto**, respeitosamente, esta recorrente requer seja reconsiderada a decisão proferida na Ata 029/2024, que declarou todas as empresas como habilitadas, em desconformidade com o respectivo edital, antes a ausência de apresentação completa de documentação de habilitação.

Nestes termos, pede deferimento.

Itaqui, 10 de junho de 2024.



**ELTON GIOVANI TOMAZZETTI**

**CPF: 428.448.000-68**

**Sócio Administrador da Recorrente**

Rua Orlando Fração, nº 118, sala 102, Bairro Duque de Caxias  
CEP: 97070-800 - Santa Maria/RS  
Contato: [ansus@ansus.com.br](mailto:ansus@ansus.com.br) ou (55) 3222.5037



**web** 14

Assunto: **RECURSO**  
De: <roseclei.veppo@itaqui.rs.gov.br>  
Para: <rudi@ecoverde.eco.br>  
Cc: <adm.ecoverde@hotmail.com>  
Data: 13/06/2024 09:23  
Prioridade: Mais alta

- 
- RECURSO ANSUS.pdf (~2.3 MB)

BOM DIA,

Segue em anexo razões recursais, quanto ao julgamento da habilitação da CC 004/2023, da empresa ANSUS SERVIÇOS LTDA. Fica aberto o prazo de 05 dias úteis para apresentação das contra razões.

ROSECLEI VEPPPO

CPL

web

Assunto: **RECURSO**  
De: <roseclei.veppo@itaqui.rs.gov.br>  
Para: <brisatrans@hotmail.com>  
Data: 13/06/2024 09:24  
Prioridade: Mais alta

- 
- RECURSO ANSUS.pdf (~2.3 MB)

BOM DIA,

Segue em anexo razões recursais, quanto ao julgamento da habilitação da CC 004/2023, da empresa ANSUS SERVIÇOS LTDA. Fica aberto o prazo de 05 dias úteis para apresentação das contra razões.

ROSECLEI VEPPO

CPL



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
TELEFONE: 5534321100

16

**PROTOCOLO Nº:** 5686/2024  
**Nº CONTROLE:** 296581 **CGM:** 75812  
**TITULAR:** ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLET  
**CNPJ:** 06136424000164  
**ASSUNTO** APRESENTA SOLICITAÇÃO -  
**LOGRADOURO:** AV FARROUPILHA, 505 - 02  
**BAIRRO:** CENTRO  
**MUNICÍPIO:** VILA MARIA  
**DATA:** 14/06/2024  
**USUÁRIO QUE CRIOU O PROCESSO:** ALEXANDRE AGUIRRE MINHO

**OUTROS DADOS**

CONTRA RAZÕES

**DOCUMENTOS**

*Eco Verde*

**ASSINATURA DO REQUERENTE**

ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE

**ASSINATURA RETIRADA DE DOCUMENTOS**

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOME:

CPF/CI:



Assunto: **Contrarrazões - Concorrência 04/2023**

De: <juridico@ecoverde.eco.br>

Para: <roselei.veppo@itaqui.rs.gov.br>

Data: 13/06/2024 20:38



17

1 JUN 2024

56 86

- 
- Contrarrazoes Itaquí -mesclado.pdf (~4.4 MB)

---

Boa noite!

Segue em anexo contrarrazões ao recurso apresentado.

Favor confirmar o recebimento.

Obrigado

À  
PRFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI - RS  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
CONCORRENCIA Nº 004/2023

A empresa Eco Verde Prestação de Coleta de Lixo LTDA inscrita no CNPJ nº 06.136.424/0001-64 com sede na Rua G nº 91 Distrito Industrial Norte de Vila Maria RS, por intermedio de seu administrador, vem através do presente com fundamento no artigo 109 §3º da lei 8.666/93, apresentar:

### CONTRARRAZÕES

em fase do recurso administrativo interposto pela empresa ANSUS SERVIÇOS LTDA no processo licitatório acima mencionado, necessitando-se a IMPROCEDENTE do recurso em vista dos fatos e fundamentos que abaixo serão apresentados:

Caros membros desta comissão, antes de adentrar ao mérito é necessário ressaltar, que atualmente a empresa recorrente (Ansus) é a atual detentora do contrato objeto da presente licitação. Ou seja, quanto mais a recorrente prolongar o presente certame mais se beneficiará.

Importante destacar que o certame em questão vem se arrastando desde dezembro de 2023 (mais de 6 meses).

Como ficará comprovado abaixo, a recorrente não merece razão, sendo suas alegações totalmente infundadas e o presente recurso nada mais sendo do que uma famosa “artimanha” para prolongar o certame licitatório.

### **I - DA TEMPESTIVIDADE:**

Conforme email enviado, o prazo para a apresentação das presentes contrarrazões é a data de 20/06/2024. Desta forma, o presente é tempestivo.

### **II - DOS FATOS:**

Ao que interessa para o presente, a empresa ANSUS ingressou com recurso administrativo em face da respeitável e certa decisão da comissão de habilitar a presente empresa.

Em suas razões alega que a realização do serviço de transbordo é necessário para a prestação dos serviços licitados, desta maneira alega que todas as licitantes deveriam apresentar atestado de capacidade técnica com o objeto transbordo.

Além disso, questiona o atestado apresentado por esta empresa, alegando que o serviço de transbordo não teria sido prestado ao Município de São Borja conforme atestado pela Prefeitura.



Conforme será comprovado abaixo, o recurso deve ser julgado por total falta de fundamentos e provas.

### III - DO MÉRITO:

Passamos a análise detalhada das alegações:

#### 1) Da necessidade de transbordo:

Conforme brevemente narrado, a recorrente alega que a utilização de transbordo é necessária para a realização do serviço licitado.

Primeiramente a licitante deveria ter questionado tal quesito através de impugnação ao edital e não após a abertura dos envelopes de habilitação.

Como não ocorreu impugnação acatada pelo município, o edital deve ser seguido a risca sob pena de responsabilização dos servidores públicos e quebra da isonomia.

Ao analisarmos o edital, o mesmo é muito claro ao estabelecer que a utilização de transbordo fica a cargo de cada uma das licitantes, conforme a redação do item 4.3 do projeto básico:

*4.3 – A empresa participante do certame licitatório poderá optar pela utilização de estação intermediária de transbordo para a execução dos serviços (desde que a mesma seja localizada em perímetro rural), com posterior transporte em caminhão de grande porte até aterro sanitário ou então outra opção que deverá ser discriminada na planilha de custo. (No caso de utilização de estação de transbordo a mesma deverá possuir licença ambiental em vigor).*

Com uma simples leitura podemos constatar que o edital é cristalino ao utilizar o termo “poderá optar pela utilização”, ou seja cada licitante poderia optar pela utilização ou não do transbordo.

Desta forma, como o próprio edital autoriza a não utilização do transbordo não é possível exigir que seja apresentado atestado de capacidade técnica de um serviço que não será prestado por alguma licitante.

Assim, como o edital não obriga a realização de tal procedimento o recurso deve ser julgado IMPROCEDENTE.

## **2) Da viabilidade da realização dos serviços sem o transbordo:**

A recorrente tenta induzir a comissão ao erro ao alegar que não existe como realizar o serviço sem adoção do transbordo.

Conforme notório conhecimento, em outubro de 2023 ocorreu a abertura de um aterro sanitário no município vizinho de São Borja. Como se trata de uma pequena distancia é muito mais proveitoso e benéfico que seja realizado a coleta e o transporte com o mesmo caminhão, sem a realização do transbordo, economizando assim todos os custos decorrentes da operação de transbordo e os custos do transporte com caminhão de grande porte.

A presente pratica é adotada por esta empresa em mais de 20 municípios, a mais de 12 anos, sendo que nunca ocorreu qualquer tipo de penalidade ou problemas operacionais.

Além disso, vários municípios da região também realizam o transporte direto até o aterro sanitário sem a realização do transbordo, como é do Município de Santo Antônio das Missoes, Santo Augusto, Soledade, Guaporé entre outros. Importante des-



tacar que atualmente o município de Santo Angelo também realiza a coleta e transporte sem a utilização de transbordo mesmo não possuindo aterro sanitário no Município.

Assim, não existe o que se falar de impossibilidade operacional de realização do objeto sem a utilização de transbordo, devendo o recurso ser julgado IMPROCEDENTE.

### **3) Do questionamento do atestado de capacidade técnica da empresa:**

A recorrente alega que o atestado apresentado do Município de São Borja não seria valido para comprovar a capacidade técnica da recorrente pois segundo a mesma o serviço de transbordo não teria sido realizado no decorrer do contrato.

A alegação em questão é TOTALMENTE infundada, isto porque desde que a empresa Eco Verde assumiu a coleta, transbordo e transporte no Município de São Borja, sempre foi realizado o transporte com veículos de grande porte (veículos que carregam mais de 25 toneladas) enquanto que a coleta era realizada com veículos de medio porte (veículos que carregam +/- 8 toneladas), assim não existia como realizar os serviços sem a adoção do transbordo.

As imagens ilustradas no recurso trata-se de uma forma de coleta utilizada pela empresa que realizava os serviços antes da assinatura do contrato com a Eco Verde, não havendo qualquer relação com os serviços prestados pela recorrida.

Além disso, o atestado apresentado encontra-se devidamente registrado pelo CREA-RS, ou seja o próprio conselho validou a realização do serviço caso contrario teria negado o registro do mesmo.

Assim, como o documento é valido e devidamente registrado no conselho da categoria não existe o que se questionar que o serviço não foi prestado, haja visto que



foi firmado por servidor publico da Prefeitura de São Borja possuindo tal documento fé publica.

Por amor ao debate, segue em anexo o contrato firmado entre o Município de São Borja e a empresa Eco Verde, no qual comprova a contratação dos serviços de transbordo.

Desta forma, o recurso deve ser julgado IMPROCEDENTE.


#### 4) DOS PEDIDOS:

Diante a tudo que foi exposto, requer-se:

- Que o recurso interposto pela empresa ANSUS SERVIÇOS LTDA, seja julgado IMPROCEDENTE, pelo fato do mesmo não possuir qualquer nexos conforme vastamente comprovado acima;
- Caso não seja este o entremeto desta comissão, informamos que será impetrado Mandado de Segurança buscando a anulação da decisão e será denunciado o ato ilegal de inabilitação ao MP e TCE-RS.

Nos termos em que requer e espera deferimento.

Vila Maria 13 de junho de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
Eco Verde Prestação de coleta de Lixo LTDA  
Ricardo Sartori Vedana  
Administrador

1 JUN 2024

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2013**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**  
**Nº 154/2014/SMPO/ICCCO**

= 5686 24

O MUNICÍPIO DE SÃO BORJA, Estado do Rio Grande do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 88.489786/0001-01, representado pelo Prefeito Municipal, **ANTONIO CARLOS ROCHA ALMEIDA**, a seguir denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA ME**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.136.424/0001-64, estabelecida na Avenida Farroupilha, nº 505, na cidade de Vila Maria/RS, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado por seu sócio **JOSIEL AUGUSTO RIZZOTTO**, inscrito no CPF sob nº 006.314.380-17, firmam o presente instrumento, nos termos da Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis à espécie, considerando a natureza do serviço, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto**

**1.1.** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para executar os serviços de coleta convencional, transbordo, transporte e destinação final de **resíduos domiciliares** do município de São Borja.

**Parágrafo único** – O serviço ora contratado está vinculado ao Projeto, Memorial Descritivo e respectiva Planilha integrantes da Concorrência Pública nº 03/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Execução dos Serviços**

**2.1.** Os serviços deverão ser executados diretamente pela **CONTRATADA**, vedado a cedência ou terceirização sem a autorização expressa do **CONTRATANTE**, através de Termo Aditivo.

**2.2.** A **CONTRATADA** ficará obrigada a adotar todas as medidas de segurança necessárias a prestação do serviços, independentemente de transcrição neste instrumento, disponibilizando Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e o que necessário for aos empregados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Valores e Condições de Pagamento**

**3.1.** Será pago pela prestação de serviços de coleta dos resíduos sólidos domiciliares, gerados dentro dos limites do perímetro urbano e localidades definidas no projeto básico e respectivo transporte até a unidade de transbordo, o valor de **R\$ 99,90** (Noventa e nove reais e noventa centavos) por tonelada; quantidade estimada de tonelada por mês = 1.030,00 Kg = R\$ 1.234.764,00;

**3.2.** Será pago pela prestação de serviços, destinação final adequada, envolvendo transbordo e transporte dos resíduos sólidos urbanos da unidade de transbordo para aterro sanitário licenciado e sua disposição final adequada, o valor de **R\$ 133,53** (Cento e trinta e três reais e cinquenta e três centavos) por tonelada; quantidade estimada por tonelada por mês = 1.030,00 Kg = 1.650.430,80;

**3.3.** O pagamento será efetuado no mês subsequente à prestação dos serviços, mediante apresentação das respectivas Planilhas de Medição, devidamente visadas pelo fiscal encarregado, Notas Fiscais e Faturas.

**3.4.** As faturas deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SMSU, devidamente discriminadas, as quais serão atestadas pelo Fiscal e pelo Ordenador da Despesa.

**3.5.** Sobre o valor faturado será retido na fonte os valores dos Impostos correspondentes.

**3.6.** Junto com a Nota Fiscal deverá estar anexada Certidão Negativa do INSS, FGTS e cópia da GFIP, contendo a relação específica dos funcionários designados para a prestação do serviço ora contratado.

**3.7.** Não será efetuado qualquer pagamento enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, vedada qualquer indenização enquanto não regularizada a pendência.

*[Handwritten signatures and initials]*



1 JUN. 2024 10  
5686  
25

**CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo De Vigência**

4.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses.

**CLÁUSULA QUINTA - Da Dotação Orçamentária**

5.1. As despesas com a execução do presente contrato serão atendidas com recursos da seguinte rubrica para o exercício de 2014: 17.02.2.075.3.3.90.39.00.00.00.00.0001 (1474).

**CLÁUSULA SEXTA – Das Garantias**

6.1. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I — caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II — seguro-garantia;

III — fiança bancária.

6.2. A garantia de 5% (cinco por cento), do valor global anual do contrato (R\$ 2.885.194,80 cf. Itens 3.1 e 3.2), deverá ser apresentada até 05 (cinco) dias úteis contados de sua assinatura, sob pena de rescisão unilateral do contrato cumulado com aplicação da multa de 10% e demais penalidades previstas na cláusula décima-primeira.

6.3. No caso de prorrogação, caso a garantia seja seguro-garantia ou fiança bancária, previamente, como condição para assinatura do Termo Aditivo, deverá ser comprovada a regularidade e vigência da respectiva garantia.

**CLÁUSULA SÉTIMA – Dos Direitos, Das Responsabilidades e Penalidades das Partes**

**7.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

7.1.1. Efetuar os pagamentos mensalmente à CONTRATADA, relativos à quantidade de tonelada coletada (ou transportada).

7.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços por Servidor especialmente designado, na forma prevista no art.67 da Lei nº 8.666/93.

**7.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

7.2.1. Executar os serviços de acordo com o especificado neste contrato.

7.2.2. Ficará responsável pelo pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, enfim, tudo quanto decorrer da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, em caso de descumprimento, descontar e/ou reter os valores devidos.

7.2.3. Arcar com eventuais prejuízos pessoais ou materiais, ocasionados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços contratados assumindo a responsabilidade pela reparação.

7.2.4. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

7.2.5. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

7.2.6. Pela observância do cumprimento do presente contrato, bem como do Projeto Básico e demais condições integrantes do processo licitatório e respectivos anexos.

7.2.7. Comprovar o registro junto a entidade/órgão profissional/responsável competente e a disponibilidade de profissional técnico (engenheiro ambiental ou engenheiro civil, de fortificação e sanitária), inscrito em categoria de classe.

7.2.8. Os casos omissos não declarados expressamente serão tratados com base nos dispositivos da Lei 8.666/93.





1 JUN. 2024

5686

26

#### **CLÁUSULA OITAVA - Da Fiscalização**

8.1. A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

8.2. CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com o contrato, bem como, nos casos omissos, em desacordo com a legislação ambiental.

8.3. Quando da solicitação dos pagamentos o Fiscal designado pelo CONTRATANTE deverá enviar planilha de acompanhamento e medição dos serviços prestados.

8.4. Ficará de responsável pela fiscalização dos serviços o servidor **Nelson Freitas**.

#### **CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

9.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

9.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

9.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

9.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

9.2.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a ocorrência de prejuízos ou dano ambiental;

9.2.4. O atraso injustificado no início do serviço;

9.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

9.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas pela Administração;

9.2.7. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

9.2.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

9.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.2.10. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.2.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

9.2.12. Razões de interesse público justificadas e determinadas pelo ordenador da despesa e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

9.2.13. Pelo acúmulo de lixo, seja por ação ou omissão, no pátio de transbordo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - Do Reajuste Do Contrato**

10.1. Os preços cotados só poderão ser objeto de revisão caso ocorra alguma das hipóteses previstas no artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Para reestabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração a justa remuneração do serviço, deverá ser apresentada uma nova planilha justificando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Penalidades**

11.1. Em caso de inexecução total ou parcial do pactuado, em razão do descumprimento de qualquer das condições avençadas, a Contratada, garantida prévia defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades nos termos do art. 87 da Lei nº 8.666/93:

I - advertência;

II - Multa no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor global, anual, do contrato;

III - suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 02 (dois) anos, e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA  
CENTRO ADMINISTRATIVO SALVADOR LIONÇO PEIREIRA ALVAREZ  
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos

1 JUN 2014  
-5686  
27

11.2. As penalidade são independentes, podendo ser aplicadas de forma individual e/ou cumulativamente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Foro e Dos Casos Omissos**

12.1. CONTRATANTE e CONTRATADA, em comum acordo, elegem o Foro desta comarca de São Borja, com renúncia pelos demais, por mais privilegiados que sejam ou venham a ser, para o fim de solucionar eventuais conflitos resultantes deste contrato ou de sua execução, que não forem dirimidos administrativamente.

12.2. Nos casos omissos aplicar-se-ão os dispositivos da Lei nº 8.666/1993, Lei 10.406/2002 e demais legislações pertinentes.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos jurídicos.

São Borja, 15 de Agosto de 2014.

ANTONIO CARLOS ROCHA ALMEIDA  
PREFEITO  
CONTRATANTE

ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
DE COLETA DE LIXO LTDA ME  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS JEDVANE NEBER CONTRAIREIRA  
NOME:  
CPF: 419563 200-59  
ASSINATURA:

NOME: LOIS OSÓRIO XARA PEREIRA  
CPF: 565034 589-53  
ASSINATURA:





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
TELEFONE: 5534321100

28

**PROTOCOLO Nº:** 5771/2024  
**Nº CONTROLE:** 296669  
**TITULAR:** BRISA TRANSPORTES LTDA  
**CNPJ:** 94107919000122  
**ASSUNTO:** APRESENTA SOLICITAÇÃO -  
**LOGRADOURO:** ERNESTO ALVES, 750  
**BAIRRO:** CENTRO  
**MUNICÍPIO:** IJUÍ  
**DATA:** 17/06/2024  
**USUÁRIO QUE CRIOU O PROCESSO:** ALEXANDRE AGUIRRE MINHO

CONTRARRAZÕES

OUTROS DADOS

DOCUMENTOS

Brisa

ASSINATURA DO REQUERENTE

BRISA TRANSPORTES LTDA

ASSINATURA RETIRADA DE DOCUMENTOS

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOME:

CPF/CI:



Assunto: **Fwd: Concorrência 004/2023- Contrarrazões**  
De: <licitacao@ogbtrans.com.br>  
Para: <roselei.veppo@itaqui.rs.gov.br>  
Data: 17/06/2024 10:32

//eb

• CONTRARRAZÕES.pdf (~645 KB)

Atenciosamente,  
Brisa Transportes Eireli  
94.107.919/0001-22  
51-980556120

----- Mensagem original -----

Assunto: Concorrência 004/2023- Contrarrazões  
Data: 2024-06-14 16:14  
De: [licitacao@ogbtrans.com.br](mailto:licitacao@ogbtrans.com.br)  
Para: Licita <[licita@itaqui.rs.gov.br](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)>

Boa tarde!

Segue anexo as contrarrazões da empresa Brisa Transportes referente a Concorrência Pública nº 004/2023. Ainda, solicitamos a confirmação da necessidade de enviar o documento via sedex.

Atenciosamente,  
Brisa Transportes Eireli  
94.107.919/0001-22  
51-980556120

À  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES  
MUNICÍPIO DE ITAQUI/RS

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2023**

**TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM**

**BRISA TRANSPORTES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 94.107.919/0001-22, com sede na Rua Ernesto Alves, n.º 750, bairro Centro, na cidade de Ijuí/RS, por seu representante legal, vem, respeitosamente, perante essa Douta Comissão de Licitações, apresentar

### **CONTRARRAZÕES**

ao **Recurso Administrativo** apresentado pela **Empresa ANSUS SERVIÇOS LTDA.**, já qualificada nos autos desse processo licitatório, conforme fatos e fundamentos nos termos que seguem:

#### **I - DA TEMPESTIVIDADE**

Preliminarmente, ratifica-se que as presentes contrarrrazões são interpostas tempestivamente, haja vista que apresentadas nos termos da legislação licitatória vigente e regras editalícias do certame, ou seja, 05 (cinco) dias úteis da intimação do ato ou lavratura da ata, que ocorreu em 13 de junho de 2024.

## II - DA SÍNTESE DOS FATOS

A Recorrida participou regularmente do processo licitatório regido pelo Edital de Concorrência Pública n.º 004/2023, cujo objeto esteve assim delimitado: *“contratação de empresa especializada em coleta, transbordo, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos - RSU (Orgânicos) em aterro sanitário licenciado de acordo com as especificações contidas no ANEXO I deste edital”*.

Nos termos da Ata N.º 029/2024:

Diante da diligência e após análise do restante da documentação, esta Comissão de Licitações decide por dar como **HABILITADAS** as empresas: **ANSUS SERVIÇOS LTDA** - CNPJ 05.127.486/0001-00, a empresa **ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA** - CNPJ 06.136.424/0001-64 e a empresa **BRISA TRANSPORTES LTDA** - CNPJ 94.107.919/0001-22.

Ocorre que a **Recorrente ANSUS**, irresignada com o resultado e na clara tentativa de deturpar o processo, apresentou razões recursais totalmente descabidas contra as demais licitantes habilitadas, alegando, em síntese, que a habilitação no certame deveria ocorrer de modo “global” e, não, por “item”, razão pela qual deveriam, suas concorrentes, serem afastadas do competitivo.

O Recurso é digno de indeferimento de plano. Consoante bem passaremos a detalhar, as alegações são tão esdruxulas que desconsideram a redação expressamente prevista no instrumento convocatório que, dentre outros regramentos, na própria modalidade da Concorrência Pública, preconiza o “MENOR PREÇO POR ITEM (01 E 02)”.



### III - DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE ANSUS SERVIÇOS LTDA.

Cumpre-nos destacar, prefacialmente, que a atividade administrativa é delimitada pelas determinações legais, obrigando os agentes públicos a adotarem posicionamento que com ela se coadunem, de modo que **as condições objetivamente determinadas na lei e no edital, no que tange, especialmente aos critérios de julgamento das propostas, devam ser efetivamente observados.**

No presente certame, reitera-se, a **Cláusula Preambular** é hialina ao determinar que **a Concorrência Pública é do Tipo MENOR PREÇO POR ITEM:**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO E RURAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7817/2023  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2023  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

Outrossim, das exigências editalícias atinentes à habilitação, o instrumento convocatório, mais uma vez, estabelece taxativamente em seu **item "7. Do recebimento dos envelopes e do julgamento da habilitação", subitem "7.9",** que o processo é regido pelo julgamento do **MENOR PREÇO POR ITEM (TONELADA):**

#### 7. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

7.9. Esta licitação é do tipo menor preço e o julgamento será realizado pela COMISSÃO nomeada através da portaria citada no preâmbulo, levando em consideração o menor preço por item (tonelada) para a execução dos serviços licitados.

Ainda, no que tange à classificação e julgamento das propostas, novamente, o diploma editalício prevê expressamente no **item "8. Da classificação e julgamento das propostas, subitem "8.1"** que, a partir da ordem crescente dos preços propostos, será considerado vencedor, dentre os qualificados, aquele que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**:

**8. DA CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:**

8.1. As propostas apresentadas de acordo com as especificações e exigências deste Edital, serão classificadas pela ordem crescente dos preços propostos, considerando-se vencedor, dentre os qualificados, o licitante que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**, respeitado o critério de aceitabilidade dos preços previstos no item seguinte.

E, por ocasião da **Retificação N.º 03 Concorrência Pública N.º 004/2023, publicada em 19 de abril de 2024**, a Administração Pública manteve todas as cláusulas anteriormente destacadas, retificando o item "8", **subitem "8.2"**, no que diz respeito aos valores unitários, permitindo um acréscimo de até 10% sem implicar em desclassificação. Note-se, todavia, que, **de novo, os valores estão discriminados e destacados POR ITENS**:

→ Passa-se a ler no item 8.2. Serão desclassificadas as propostas:

b) que apresentarem preço excessivo, assim considerado quando o valor POR ITEM (tonelada) *for superior a 10% do valor orçado* do Município nas planilhas de custos :

b.1- Item 01: valor unitário por tonelada **R\$ 331,08** (trezentos e trinta e um reais e oito centavos)

b.2- Item 02: valor unitário por tonelada **R\$ 362,58** (trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta e oito centavos)

Vimos, assim, que a discussão trazida nas alegações recursais pela licitante ANSUS SERVIÇOS LTDA. está totalmente desamparada de razões lógicas. É sabido e consabido que **o edital é a lei do certame e que,**



**especialmente a partir dessa premissa, decorre o julgamento das propostas**, ou seja, é realizado de acordo com os critérios objetivos fixados no instrumento convocatório, viabilizando a aferição do estrito cumprimento aos preceitos legais pelos licitantes.

Ora, **se a Recorrente Ansus, por ventura, discorda da modalidade da licitação, das exigências quanto ao julgamento da habilitação ou classificação e julgamento das propostas, deveria ter apresentado impugnação ao instrumento convocatório no momento oportuno!**

O que não seria crível conceber é que tão somente a licitante Ansus, reitera-se, sem quaisquer pedidos prévios de esclarecimentos nesse sentido, após publicizado o resultado do julgamento da habilitação, conteste e queira ver alterada as disposições do certame, a fim de “fazer regra própria”. Há evidente propósito de afastar as demais concorrentes do processo!

É salutar ressaltar, outrossim que, **ao contrário das desarrazoadas afirmações da Recorrente, caso a Municipalidade tivesse norteado o certame pela composição de serviços e custos, necessariamente teria que ter divulgado a respectiva justificativa no instrumento convocatório.**

Além de os **artigos 15, IV e 23, §1º da Lei 8.666/93 delimitar a contratação dividida dos serviços**, de acordo com as orientações consolidadas pela **Corte de Contas do Estado** (Manual de Orientações Técnicas De Serviços de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares, 2019), **“[...] o parcelamento do objeto é regra, sendo que os casos de aglutinação do objeto deverão ser devidamente justificados”.**



As diretrizes do Tribunal de Contas do Estado se coadunam com o entendimento sumulado pelo Tribunal de Contas da União, que preceitua a adjudicação por item e, não, por preço global, com vistas a ampliar o universo de concorrentes:

**É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade (Súmula 247)**  
[grifamos]

O julgamento da habilitação pela Municipalidade no presente processo, logo, está em plena e irrefutável consonância com o edital do certame, com as determinações do TCE/RS e a legislação que rege as licitações, razão pela qual em nada merecem prosperar as alegações da Recorrente ANSUS.

A Empresa Recorrida cumpriu, incontroversamente, com todos os termos e parâmetros editalícios, impondo-se, portanto, a manutenção de sua habilitação no certame.

Diante do exposto, as presentes contrarrazões sustentam-se, mormente, nos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório para requerer que o resultado do julgamento da habilitação no certame em tela não seja alterado com sustentação em devaneios que não

estão prescritos no edital e que, por esse exato motivo, demonstram-se ilegítimos.

### III - DOS PEDIDOS

Conforme fatos e fundamentos apresentados nas presentes CONTRARRAZÕES RECURSAIS, **requer**, como imperativo de justiça, o INDEFERIMENTO do recurso interposto pela Empresa ANSUS SERVIÇOS LTDA., posto que pautado em mera irresignação, apresentando alegações ao arrepio das determinações legais e instrumento convocatório, embasadas em devaneios.

Outrossim, requer sejam acolhidos os fundamentos das presentes Contrarrazões, MANTENDO-SE a HABILITAÇÃO da EMPRESA BRISA TRANSPORTES EIRELI, prosseguindo-se o procedimento licitatório.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Ijuí, 14 de junho de 2024.

Assinado digitalmente por:  
GERSON LUIZ BITELO  
CPF: \*\*\*.595.120-\*\*  
Certificado emitido por AC SERASA RFB v5  
Data: 14/06/2024 15:35:05 -03:00





## MANIFESTO DE ASSINATURAS



5771  
17 JUN. 2024  
10  
38

Código de validação: C2YMG-9RT9C-TYGC2-3J4WB

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ GERSON LUIZ BITELO (CPF \*\*\*.595.120-\*\*) em 14/06/2024 15:35 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://app.ideiasigner.com.br/validate/C2YMG-9RT9C-TYGC2-3J4WB>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://app.ideiasigner.com.br/validate>





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luis, 77 - Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90820-170 | Fone: 51 3320.2100  
www.crea-rs.org.br

## CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Certidão nº: 2071180

Validade: 31/03/2025 ✓

Razão Social: **ECO VERDE PRESTAÇÃO DE COLETA DE LIXO LTDA**

CNPJ: 06.136.424/0001-64

Nº de registro no Crea-RS: 182110

Registrada desde: 16/09/2011

Registrada para:

NA ÁREA DA ENGENHARIA AMBIENTAL: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO (RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E INDUSTRIAIS NÃO PERIGOSOS INERTES), COLETA SELETIVA (RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E INDUSTRIAIS NÃO PERIGOSOS INERTES), TRANSPORTE DE LIXO (RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E INDUSTRIAIS NÃO PERIGOSOS INERTES), OPERAÇÃO DE CENTRAL DE TRIAGEM, OPERAÇÃO DE ATERROS SANITÁRIOS.

Observações:

AS ATIVIDADES RELATIVAS AO PROJETO DE ATERRO SANITÁRIO E PROJETO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE EFLUENTES LÍQUIDOS ESGOTO DOMÉSTICO), SOMENTE PODERÃO SEREM REALIZADOS COM A PARTICIPAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS OU DE FORTIFICAÇÕES EM CONJUNTO COM OS ENGENHEIROS SANITARISTAS OU ENGENHEIROS QUÍMICOS.

Restrições:

RESTRITA NO ÂMBITO DA AGRONOMIA PARA: ATIVIDADES DE COMPOSTAGEM, ROÇADAS MANUAIS E MECANIZADAS.

RESTRITA NO ÂMBITO DA ENGENHARIA QUÍMICA PARA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO (PERIGOSO E/OU NÃO INERTE); COLETA SELETIVA (RESÍDUOS PERIGOSOS E/OU NÃO

Endereço(s): 1) R G, 91  
DISTRITO INDUSTRIAL NORTE  
Vila Maria-RS  
99155-000

Capital Social: R\$ 1.050.000,00

Responsáveis Técnicos:

1) **RENATO FORTUNATI**

Título: Engenheiro Ambiental -  
Engenheiro de Segurança do Trabalho -  
Engenheiro Agrônomo -

Carteira Crea: RS201133

Registrado desde 24/01/2014

Responsável Técnico pela empresa desde 09/05/2014

Atribuições Profissionais (legislação):

Página 1 de 2



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Santana I Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
www.crea-rs.org.br

RESOLUÇÃO 218/73 ART. 5º E DECRETO 23196/33, ARTS. 6º, 7º, 8º, 9º E 10.  
RESOLUÇÃO 359/91 ART. 4º E RESOLUÇÃO 437/99 ART. 4º  
RESOLUÇÃO 447/2000 ART. 2º

Curso de pós-graduação:

Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho  
Concluído em: 07/05/2016

**Certificamos** que ECO VERDE PRESTAÇÃO DE COLETA DE LIXO LTDA. ....  
está devidamente registrada no Crea-RS, nos termos do art. 59 da Lei Federal 5.194, de 1966.

**Certificamos** que a pessoa jurídica mencionada, bem como os seus responsáveis técnicos constantes  
desta certidão, não possuem débito de anuidade ou auto de infração transitado em julgado no Crea-RS,  
nos termos do art. 66 da Lei Federal 5.194, de 1966.

Esta certidão não autoriza a pessoa jurídica a executar serviços técnicos sem a participação efetiva de  
seus responsáveis técnicos.

Os dados supracitados referem-se à situação da pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos na  
presente data, devendo estar atualizada conforme art. 10º da Resolução nº 1.121/2019 do Confea.  
A presente certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos  
nela contidos e desde que não represente a situação correta ou atualizada do registro.

Certidão emitida pela internet. Para confirmar a sua autenticidade, acesse [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br), selecione  
"Acesso Rápido" e a seguir "Certidões - Consulta a autenticidade de uma Certidão de registro emitida  
pelo Crea-RS". Informe o número desta certidão para visualização e conferência deste documento.  
Em caso de dúvida, entre em contato com o Crea-RS pelo fone 51 3320-2140, de segunda a sexta, das  
9h às 17h30.

Certidão gerada em 2/4/2024 e reimpressa em 25/4/2024

Fim da certidão nº 2071180 .....





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Santana I Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
www.crea-rs.org.br

## CERTIDÃO DE REGISTRO DE PROFISSIONAL

Certidão nº: 2053687

Nome do Profissional: **RENATO FORTUNATI**

Validade: 31/03/2025 ✓

Título: ENGENHEIRO AMBIENTAL  
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO  
ENGENHEIRO AGRÔNOMO

Carteira Crea: RS201133 RNP: 2212908512

CPF: 016.984.440-44

Registrado desde: 24/01/2014

Atribuições Profissionais (legislação):

RESOLUÇÃO 218/73 ART. 5º E DECRETO 23196/33, ARTS. 6º, 7º, 8º, 9º E 10.  
RESOLUÇÃO 359/91 ART. 4º E RESOLUÇÃO 437/99 ART. 4º  
RESOLUÇÃO 447/2000 ART. 2º

Curso de Graduação:

ENGENHARIA AMBIENTAL - Colou grau em: 24/01/2014  
UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO - UPF  
AGRONOMIA - Colou grau em: 20/08/2021  
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR RIOGRANDENSE - CESURG

Curso de Pós-Graduação:

ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO,  
CONCLUÍDO EM: 07/05/2016  
FACULDADE MERIDIONAL - IMED

Responsabilidade técnica por pessoa jurídica:

- 1) ECO VERDE PRESTAÇÃO DE COLETA DE LIXO LTDA desde 09/05/2014
- 2) FGF CONSULTORIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA desde 16/12/2021

**Certificamos** que o profissional RENATO FORTUNATI.....  
está devidamente registrado no Crea-RS, nos termos do art. 55 da Lei Federal 5.194, de 1966.

**Certificamos** que o profissional não possui débito de anuidade ou auto de infração transitado em  
julgado no Crea-RS, nos termos do art. 66 da Lei Federal 5.194, de 1966.

Página 1 de 2

53

*[Handwritten signatures and initials]*










CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Santana I Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
www.crea-rs.org.br

Certidão emitida pela internet. Para confirmar a sua autenticidade, acesse [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br) selecione "Acesso Rápido" e a seguir "Certidões - Consulta a autenticidade de uma Certidão de Registro emitida pelo Crea-RS". Informe o número desta certidão para visualização e conferência deste documento. Em caso de dúvida, entre em contato com o Crea-RS pelo fone 51 3320-2140, de segunda a sexta, das 9h às 17h30.

Certidão gerada em 10/1/2024 e reimpressa em 25/4/2024

Fim da certidão nº 2053687 .....

À  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI - RS**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 04/2024**

## DECLARAÇÃO

A empresa **ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 06.136.424/0001-64, sediada na Rua G nº 91 Distrito Industrial Norte do Município de Vila Maria-RS, telefone (54) 3359-2398, endereço eletrônico [juridico@ecoverde.eco.br](mailto:juridico@ecoverde.eco.br), por intermédio de seu administrador legal Sr. Ricardo Sartori Vedana, portador da carteira de identidade RG nº 7101223712 e do CPF nº 013.153.780-60, DECLARA sob as penas da lei, que o profissional Sr. Renato Fortunati inscrito no CREA- RS nº RS201133 inscrito no CPF nº 016.984.440-44 detentor do registro de responsabilidade técnica, será o responsável técnico que acompanhará a execução do serviço, caso a empresa venha a ser a vencedora da licitação, ficando a substituição sujeita a aprovação pelo Município, respeitado o estabelecimento no art. 30, inciso IV, parágrafo 10 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Por ser a expressão da verdade, assino a presente declaração sob as penas da lei.

Vila Maria, 17 de maio de 2024.

  
Eco Verde Prestações de Serviços Ltda  
Ricardo Sartori Vedana  
CPF: 013.153.780-60 e RG: 7101223712  
Administrador

**ECO VERDE PRESTAÇÃO  
DE SERVIÇOS LTDA**  
CNPJ: 06.136.424/0001-64





PREFEITURA DE SÃO BORJA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O MUNICÍPIO DE SÃO BORJA/RS pessoa jurídica de direito público, com sede Administrativa na Rua Aparício Mauriense nº 2.751 inscrita no CNPJ sob o nº 88.489.786/0001-01 atesta que a EMPRESA ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA, Empresa Brasileira de direito privado com sede na Avenida Farroupilha nº 505 CNPJ 06.136.424/0001-64 Centro Município De Vila Maria /RS, e seu Responsável Técnico Sr. RENATO FORTUNATI CREA-RS nº RS201133, vem prestando serviços satisfatoriamente conforme contrato de:

- 1- Contrato Prestação de Serviços nº 154/2014;
- 2- Objeto do Contrato: Contratação de empresa para executar os serviços de coleta convencional, transbordo, transporte e destinação final de resíduos domiciliares do município de São Borja com quantidade mensal total de 1.550 toneladas sendo destinados para aterro licenciado pela FEPAM;
- 3- Contratante/Proprietário da Obra/Serviço: Prefeitura Municipal de São Borja/RS;
- 4- Atividades Desenvolvidas: Coleta, transbordo e transporte de resíduos do município e sua respectiva destinação já tendo sido realizado 66% do contrato que está em andamento.
- 5- Empresa Contratada Empresa Eco Verde Prestação De Serviços de Coleta de Lixo Ltda. CNPJ nº 06.136.424/0001-64 com sede na Avenida Farroupilha nº 505 Vila Maria /RS.
- 6- Responsável Técnico: Engenheiro Ambiental Sr. Renato Fortunati CREA-RS nº RS201133, RNP 2212908512.
- 7- Início 15/08/2014 término 15/08/2015, em andamento.
- 8- Número da ART nº 7890820;
- 9- Endereço da Obra/Serviço: Município de São Borja

Atestamos ainda que os serviços estão sendo prestados de forma satisfatória, nada temos em desabono aos serviços prestados.

São Borja 15 de Maio de 2015.

Luis Osório Xarão Perdomo  
Secretário Municipal de Serviços Urbanos  
Decreto nº 15.121/2014

SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTROS DE VILA MARIA-RS  
RAIAGENERAL FLORES DA CUNHA, 107 - VILA MARIA - RS - CEP: 99105-000 - FONE: (51) 3358-1370  
LUCIA BERNARDINI HING - Tabela | ESCRITÓRIO NOTARIAL DEL ANA JULIA HING - Escritório de Tabela  
E-mail: carlosnogueira@hotmail.com

**AUTENTICAÇÃO**  
AUTENTICO a presente cópia reprográfica, a qual confere com o original a mim apresentado, do que dou fé.  
Vila Maria - RS, 27 de fevereiro de 2020  
Beiª Milene Regina Gazola - Escrevente Autorizada  
Emol: R\$ 5,00 + Selo digital: R\$ 1,40 (R\$ 6,40) (R\$ 0002.13214)



1º TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Verador Eurico Batista da Silva, 35  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas

1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS  
Tabeliã: Claudia Perusso dos Santos  
AUTENTICO a presente cópia que é reprodução fiel da cópia já autenticada no meu Serventia. Dou fé.  
0582.01.2300002.25748 (781)  
São Borja, 23 de maio de 2024.  
Aline Barcelos dos Santos Escrevente Autorizada  
Emolumentos: R\$ 8,80 + Selo digital: R\$ 2,00



Aline Barcelos dos Santos  
Escrevente Autorizada





Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA - RS

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1502976

ATIVIDADE EM ANDAMENTO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - Crea-RS, o Acervo Técnico do profissional **RENATO FORTUNATI** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional **RENATO FORTUNATI**  
Registro: **RS201133** RNP: **2012906112**  
Título Profissional: **ENGENHEIRO AMBIENTAL**

Número de ART: **7929509** Tipo de ART: **Prestação de Serviço Registrada em: 20/04/2015** Baixada em: **/ /**  
Forma de Registro: **Participação técnica, Individual/Principal**  
Empresa Contratada: **ECO VERDE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA**  
Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA** CPF/CNPJ: **68489786000101**  
Rua: **RUA APARÍCIO MARIQUE** Nº: **275**  
Complemento:   
Cidade: **SÃO BORJA** Bairro: **CENTRO** UF: **RS** CEP: **9**  
Contrato:  Celebrado em:  Tipo de Contratante: **Vinculado a ART:**  
Valor do Contrato: **R\$ 2.885.194,00**  
Ação Institucional:   
Endereço da obra/Serviço: **IMBUIÇÓ DE SÃO BORJA - RS** Nº: **0**  
Complemento:  Bairro:  UF: **RS** CEP: **0**  
Cidade: **SÃO BORJA**  
Data de Início: **15/05/2014** Conclusão efetiva: **/ /** Coordenadas Geográficas:   
Finalidade:  Código:  MPOG:   
Proprietário: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA** CPF/CNPJ: **68489786000101**  
Atividade Técnica:  Descrição da Obra/Serviço:  Quant:  Und:   
1 - **COLETA, ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS** 4,00 100,  
2 - **DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS** 1,00 100,  
Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

#### Observações

A CAT DEVERÁ SER ENTREGUE A QUEM FOR SOLICITADA

#### Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-RS sob número: **2015020560**, esta registrado com as CAT's número(s):

1502976

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 52915 a 52916 o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº **1502976 / 2015**

15 de Junho de 2015 Hora: 15:18:14

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-RS ([www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)), em Profissional - Conferência de Autenticidade da CAT.

A CAT a qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT a qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A CAT é válida em todo o território nacional.

57



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA - RS**

Página 2

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

**1502976**

ATIVIDADE EM ANDAMENTO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Rua : São Luis , 77. CEP: 90020-170

Tel: (51) 3320-2100. E-mail: crears@crea-rs.org.br



**CREA-RS**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
do Rio Grande do Sul

679  
45

u. gnt

58





Município de Casca  
Estado do Rio Grande do Sul

## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O MUNICIPIO DE CASCA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Tiradentes, no 778, centro, na cidade de Casca- RS, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 87.596.623/0001-57, ATESTA que a empresa ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua G nº 91 distrito industrial norte, Vila Maria - RS, inscrita no CNPJ nº 06.136.424/0001-64, e seu responsável técnico RENATO FORTUNATI inscrito no CREA-RS: RS201133, PRESTOU os serviços satisfatoriamente conforme o contrato abaixo:

1. Contrato numero: 04/2019 - (Ref. Concorrência nº 01/2018).
2. Objeto do contrato: OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA, CONSISTINDO NA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES ORGÂNICOS E SECOS, COMERCIAIS, RESÍDUOS DE MADEIRAS, MÓVEIS, SOFÁ, METAL, MÓVEIS DE ESCRITÓRIOS, GALHOS DE ÁRVORES E RESTOS DE PODAS E OUTROS SIMILARES.
3. Empresa Contratada: ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.136.424/0001-64;
4. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCA -RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 87.596.623/0001-57;
5. ART CREA-RS: 10096770;
6. Responsável Técnico: Engenheiro Ambiental e Engenheiro de Segurança do Trabalho Sr. RENATO FORTUNATI CREA-RS: RS201133. RNP 2212908512;
7. Período de realização dos serviços: Contrato concluído. Início no dia 01 de fevereiro de 2019, data de fim 01 de fevereiro de 2020;
8. Atividades e quantitativos dos serviços realizados:
  - a) Prestação de serviços de coleta orgânica de resíduos domiciliares urbanos, comerciais, com transporte e destinação final dos resíduos coletados, de acordo com a legislação ambiental vigente. Conforme projeto básico a media de resíduos coletados e da quilometragem percorrida são respectivamente de 92 toneladas por mês, ou seja,



Rua Tiradentes, 778, Caixa Postal 05 - CEP: 99260-000 - Casca/RS.  
Fone /Fax (54) 3347-1227 e 3347-1233 - [casca@pmcasca.rs.gov.br](mailto:casca@pmcasca.rs.gov.br)



Registro de  
94929  
Atestado Técnico

1º TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Verador Eurico Batista da Silva, 35  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas

59



1<sup>a</sup> TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS  
Tabelião: Claudia Perusso dos Santos

AUTENTICO o anverso da cópia a mim apresentada, que confere com o original. Dou (6. 0582.01.2300002.25742 [819])  
São Borja, 28 de maio de 2024.  
Aline Barcelos dos Santos Escrevente Autorizada  
Emolumentos: R\$ 6,60 + Sel. digital: R\$ 2,00

Rua Verador Eurico Batista da Silva, 35 - São Borja - RS - CEP 97200-000 - Fone (51) 3331-1907

1<sup>o</sup> TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Verador Eurico Batista da Silva, 35  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabelião de Notas

47

EM BRANCO

EM BRANCO





**Município de Casca**  
Estado do Rio Grande do Sul

1.104 toneladas anuais, e 1.172 quilômetros rodados por mês, ou seja 14.064 quilômetros anualmente.

b) Prestação de serviços de coleta seletiva (lixo seco) de resíduos domiciliares urbanos, comerciais, com transporte e destinação final dos resíduos coletados, de acordo com a legislação ambiental vigente. Conforme projeto básico a média de resíduos coletados e da quilometragem percorrida são respectivamente de 30 toneladas por mês, ou seja, 360 toneladas anuais, e 648 quilômetros rodados por mês, ou seja 7.776 quilômetros anualmente.

c) Prestação de serviços de coleta de resíduos de madeiras, móveis, sofá, metal, móveis de escritórios e outros similares, com transporte e destinação final dos resíduos coletados, de acordo com a legislação ambiental vigente. Conforme projeto básico a média de resíduos coletados e da quilometragem percorrida são respectivamente de 10 toneladas por mês, ou seja, 320 toneladas anuais, e 324 quilômetros rodados por mês, ou seja 3.888 quilômetros anualmente.

d) Prestação de serviços de coleta de resíduos do interior, compreendendo como lixo seco, não podendo ser produtos veterinários de qualquer natureza embalagem de óleo, lixo domiciliar orgânico e fralda de Bebê pois são bio degradáveis. Com transporte e destinação final dos resíduos coletados, de acordo com a legislação ambiental vigente. Conforme projeto básico a média de resíduos coletados e da quilometragem percorrida são respectivamente de 14 toneladas por mês, ou seja, 168 toneladas anuais, e 381,3 quilômetros rodados por mês, ou seja 4.575,60 quilômetros anualmente.

e) Prestação de serviços de coleta de galhos de árvores e resíduos de podas em geral, com transporte e destinação final dos resíduos coletados, de acordo com a legislação ambiental vigente. Conforme projeto básico a média de resíduos coletados e da quilometragem percorrida são respectivamente de 24 toneladas por mês, ou seja, 288 toneladas anuais, e 972 quilômetros rodados por mês, ou seja 11.664 quilômetros anualmente.

9. Endereço da Obra/Prestação dos Serviços: Perímetro urbano e rural do Município de Casca-RS.



Rua Tiradentes, 778, Caixa Postal 05 – CEP: 99260-000 – Casca/RS.  
Fone /Fax (54) 3347-1227 e 3347-1233 – [www.municipio-casca.rs.gov.br](http://www.municipio-casca.rs.gov.br)

**1º TABELIONATO DE NOTAS**  
Rua Verador Eurico Batista da Silva, 35  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas



Registro de  
94930  
Atestado Técnico

1

# TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS

Tabelião: Cláudia Perusso dos Santos

AUTENTICO o anverso da cópia a mim apresentada, que confere com o original. Dou fé. 0582.01.2300002.2574 [535]

São Borja, 23 de maio de 2024.

Aline Barcelos dos Santos Escrevente Autorizada

Emolumentos: R\$ 6,00 - R\$ 2,00 digital: R\$ 2,00

*Aline Barcelos dos Santos*  
Escrevente Autorizada

TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Verador Eurico Batista da Silva, 36  
São Borja (RS)

Cláudia Perusso dos Santos  
Tabelião de Notas

49

EM BRANCO

EM BRANCO






Município de Casca  
Estado do Rio Grande do Sul

10. Os resíduos orgânicos e seletivos do item 1, 2 e 4 foram destinados para o aterro sanitário da empresa PLANETA COMERCIO E RECICLAGEM DE RESÍDUOS E SUCATAS LTDA - EPP, endereço ESTRADA RS 129 KM 142 LINHA NOVA, SERAFINA CORRÊA - RS.

11. Os resíduos dos item 3 e 5 foram destinados para a central da empresa ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA, endereço Linha 23 Gonçalves Dias no Município de Vila Maria - RS.

Outrossim, atestamos ainda que os serviços foram prestados de forma satisfatória, não havendo nenhum desabono com relação aos serviços prestados.

Casca, 24 de setembro de 2020

  
MUNICÍPIO DE CASCA - RS

Almir Cerqueira  
Secretário de Administração  
e Planejamento  
1998 - 1998

1º TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Verador Eurico Batista da Silva, 35  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas

1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS  
Tabeliã: Claudia Perusso dos Santos

AUTENTICO a presente cópia a mim apresentada, que confere com o original. Dou fé. 0582.01.2300002.25741 [BA6]

São Borja, 23 de maio de 2024.  
Aline Barcelos dos Santos Escrevente Autorizada  
Emolumentos: R\$ 6,80 - Cód. digital: R\$ 2,00

Rua Verador Eurico Batista da Silva, 35 - São Borja/RS - CEP 97070-000 - Fone: (51) 3431-4305 / (51) 3431-1680 / (51) 99431-1267



Rua Tiradentes, 778, Caixa Postal 05 - CEP: 99260-000 - Casca, RS.  
Fone / Fax (54) 3347-1227 e 3347-1233 - [www.precasca.rs.gov.br](http://www.precasca.rs.gov.br)



Registro de  
94931  
Atestado Técnico



**EM BRANCO**

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIO DE ESTADO DA JUSTICA

EXCERTE DO AUTO DE INTERDITAMENTO  
DE 1911

INTERDITAMENTO DE 1911

**EM BRANCO**

EXCERTE DO AUTO DE INTERDITAMENTO  
DE 1911

EXCERTE DO AUTO DE INTERDITAMENTO  
DE 1911

**EM BRANCO**







Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA - RS

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

Página: 1

1843860

ATIVIDADE CONCLUÍDA

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - Crea-RS, o Acervo Técnico do profissional **RENATO FORTUNATI** referente às Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, abaixo discriminadas:

Profissional **RENATO FORTUNATI**  
Registro: **RS201133**

RNP: 2212908512

Título Profissional: ENGENHEIRO AMBIENTAL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Número de ART: **10096770** Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 08/04/2019 Baixada em: 01/02/2020  
Forma de Registro: Participação técnica: Individual/Principal  
Empresa Contratada: ECO VERDE PRESTAÇÃO DE COLETA DE LIXO LTDA

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCA

Rua: Rua TIRADENTES

Complemento:

Cidade: Casca

Contrato:

Valor do Contrato: R\$ 768.625,48

Ação Institucional:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: CASCA

Data de Início: 01/02/2019

Conclusão efetiva: 01/02/2020

Finalidade: AMBIENTAL

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCA

Atividade Técnica:

0 - EXECUÇÃO

1 - EXECUÇÃO

2 - EXECUÇÃO

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA DE RESÍDUOS CONFORME RESUMO DO CONTRATO EM ANEXO. ✓

COLETA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS ✓

DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ✓

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

Prestação de serviços de limpeza pública, consistindo na coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares orgânicos e secos, comerciais, resíduos de madeiras, móveis, sofá, metal, móveis de escritórios, galhos de árvores e restos de podas e outros similares.

Endereço de destinação final dos resíduos: Planeta Com e Rec de Res de Sucata Ltda CNPJ 11.336.832/0001-08 Rodovia RS 129 KM 142,3 SN - Interior - Serafina Correa/RS.

Observações

Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-RS sob número: 2020033637

, está registrado com as CAT's número(s):

1843860

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 94929 a 94931 o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1843860

2 de Outubro de 2020 Hora: 9:36:25

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-RS ([www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)), em Acesso Rápido - Consulta a autenticidade de uma CAT emitida pelo Crea-RS (caminho atualizado em janeiro de 2020). Informe o nº desta CAT para abertura do documento no formato PDF.





CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - Crea-RS, o Acervo Técnico do profissional **RENATO FORTUNATI** referente às Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, abaixo discriminadas:

Profissional **RENATO FORTUNATI**

Registro: RS201133

RNP: 2212908512

Título Profissional: ENGENHEIRO AMBIENTAL, ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

1 / 1  
Número de ART: **10096770** Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 08/04/2019 Baixada em: 01/02/2020  
Forma de Registro: Participação técnica: Individual/Principal  
Empresa Contratada: ECO VERDE PRESTAÇÃO DE COLETA DE LIXO LTDA

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCA

Rua: Rua TIRADENTES

Complemento:

Cidade: Casca

CPF/CNPJ: 87596623000157

Bairro: CENTRO

Nº: 778

Contrato:

UF: RS

CEP: 99260000

Valor do Contrato: R\$ 788.625,48

Celebrado em:

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Ação Institucional:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: CASCA

Bairro:

Nº: 0

UF: RS

CEP: 99260000

Data de Início: 01/02/2019 Conclusão efetiva: 01/02/2020

Finalidade: AMBIENTAL

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCA

Coordenadas Geográficas:

Código:

MPOG:  
CPF/CNPJ: 87596623000157

Atividade Técnica:

Descrição da Obra/Serviço:

0 - EXECUÇÃO

1 - EXECUÇÃO

2 - EXECUÇÃO

COLETA DE RESÍDUOS CONFORME RESUMO DO CONTRATO EM ANEXO.  
COLETA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS  
DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS

Quant:

Und:

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

Prestação de serviços de limpeza pública, consistindo na coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares orgânicos e secos, comerciais, resíduos de madeiras, móveis, sofá, metal, móveis de escritórios, galhos de árvores e restos de podas e outros similares.

Endereço de destinação final dos resíduos: Planeta Com e Rec de Res de Sucata Ltda CNPJ 11.336.832/0001-08  
Rodovia RS 129 KM 142,3 SN - Interior - Serafina Correa/RS.

Observações

Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-RS sob número: 2020033637

1843860

, está registrado com as CAT's número(s):

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 94929 a 94931 o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1843860

2 de Outubro de 2020 Hora: 9:36:25

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-RS ([www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)), em Acesso Rápido - Consulta a autenticidade de uma CAT emitida pelo Crea-RS (caminho atualizado em janeiro de 2020). Informe o nº desta CAT para abertura do documento no formato PDF.

64

*[Handwritten signatures and initials]*





## ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU/RS, pessoa jurídica de direito público, com sede Administrativa na Rua Irineu Ferlin nº 355, inscrita no CNPJ sob nº 87.599.122/0001-24. ATESTA, que a empresa **ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA**, Empresa Brasileira de direito privado, com sede na Av. Farroupilha, inscrita no CNPJ nº 06.136.424/0001-64, Centro de Vila Maria/RS, e seu Engenheiro Ambiental Sr. **RENATO FORTUNATI**, CREA-RS RS 201133, RNP 2212908512, prestou serviços satisfatoriamente conforme contrato de:

1. Contrato de Prestação de Serviços Concorrência Pública nº 03/14.
2. **Objeto do Contrato:** Constitui objeto do presente contrato, a contratação de empresa para prestação de serviço de Coleta Convencional e seletiva de resíduos domiciliares urbanos, rurais e comerciais no Município de Marau, prestação de serviços de transporte, reciclagem e destinação final de resíduos coletados e serviços de containerização (para resíduos orgânicos e seletivos) com recolhimento através de caminhão compactador equipado com dispositivo de basculante (Lift) no número de 80 pares com quantidade de 600 toneladas por mês.
3. Contratante/Proprietário da Obra/Serviço: Prefeitura de Marau/RS.
4. Atividades Desenvolvidas: Coleta Convencional e seletiva de resíduos domiciliares, urbanos, e comerciais, transporte, reciclagem e destinação final dos resíduos coletados e coleta containerizada para resíduos orgânicos e seletivos, já tendo sido realizado os serviços do contrato.
5. Empresa Contratada: ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA., CNPJ 06.136.424/0001-64, com sede na Avenida Farroupilha nº 505, Vila Maria/RS.
6. Responsável Técnico: Engenheiro Ambiental Sr. **Renato Fortunati** CREA-RS RS201133, RNP 2212908512;
7. Início: 14/08/2014, Término: 14/08/2015 executado.





8. Número da ART. 7693277  
9. Endereço da Obra/Serviço: Diversas ruas e avenidas do Município de Marau/RS;

Atestamos ainda que os serviços foram prestados de forma satisfatória, nada temos em desabono aos serviços prestados.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE MARAU,  
aos 29 dias do mês de fevereiro de 2016.

*Adriana V. Brocco*

ADRIANA VEDANA BROCCO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

1º TABELIONATO DE NOTAS  
Rua Verador Eurico Batista da Silva, 35  
São Borja (RS)  
Claudia Perusso dos Santos  
Tabeliã de Notas

1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO BORJA - RS  
Tabeliã: Claudia Perusso dos Santos

AUTENTICO a presente cópia e mím apresentada, que confere com o original. Dou fé. 0582.01.2300002.25745 [ABD]

São Borja, 23 de maio de 2024.  
Aline Barcelos dos Santos Escrevente Autorizada  
Emolumentos: R\$ 6,60 + Selo Digital: R\$ 2,00

*Aline Barcelos dos Santos*  
Escrevente Autorizada

Rua Eurico Batista da Silva, 35 - São Borja/RS - CEP 97600-000 - Fone: (54) 3342-9500 - E-mail: (54) 3342-9500

Registro de  
Nº 60527  
Assessoria Técnica

688  
56



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA - RS**

Página 1  
CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

**1544327**

ATIVIDADE CONCLUÍDA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - Crea-RS, o Acervo Técnico do profissional **RENATO FORTUNATI** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional **RENATO FORTUNATI**

Registro: RS201133

RNP: 2212909512

Título Profissional: ENGENHEIRO AMBIENTAL

Número de ART: **7929261**

Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 20/04/2015

Baixada em: 14/08/2015

Forma de Registro:

Participação técnica: Individual/Principal

Empresa Contratada: ECO VERDE PRESTACAO SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTD

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAÚ-RE

Rua: RUA IRINEU PERLIN

Complemento:

Cidade: MARAÚ

CPF/CNPJ: 67599122000124

Nº: 255

Bairro: CENTRO

UF: RS

CEP: 99150000

Contrato:

Valor do Contrato: R\$ 3.309.931,92

Celebrado em:

Ação Institucional:

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Endereço da obra/Serviço: MUNICÍPIO DE MARAÚ - RS

Complemento:

Cidade: MARAÚ

Bairro:

UF: RS

CEP: 99150000

Nº: 0

Data de Início: 14/04/2014

Conclusão efetiva: 14/08/2015

Finalidade:

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAÚ-RE

Coordenadas Geográficas:

Código:

MPOG:

CPF/CNPJ: 67599122000124

Atividade Técnica:

Descrição da Obra/Serviço:

1- EXECUÇÃO

COLETA CONVENCIONAL E SELETIVA DE RESÍDUOS

2- MANUTENÇÃO

DOMICILIARES, URBANOS, RURAIS E COMERCIAIS

3- COLETA

TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS COLETADOS

4- EXECUÇÃO

COLETA CONTINUIDADE PARA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E SELETIVOS

Quant: 0,00

Und: Ind.

Quant: 0,00

Und: Ind.

Quant: 0,00

Und: Ind.

Quant: 0,00

Und: Ind.

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

Observações

A ART N.º 7929261 SUBSTITUI A ART N.º 7929261.

Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-RS sob número: 2016016322

está registrado com as CAT's número(s):

1544327

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 60526 a 60527 e atestado contendo 2 folhas(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº **1544327 / 2016**

8 de Março de 2016 Hora: 11:11:4

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-RS ([www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)), em Profissional - Conferência de Autenticidade da CAT.

A CAT a qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A CAT a qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A CAT é válida em todo o território nacional.

67

*[Handwritten signatures and initials]*

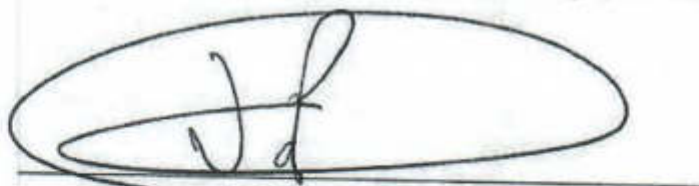


**DECLARAÇÃO DE ACEITE E DISPONIBILIDADE**

**Edital de Concorrência Pública nº 004/2023.**

A empresa PGR ATERRO SANITÁRIO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 33.729.746/0001-90, localizada na Rod. BR 287, Km 532, S/N no município de São Borja, licenciada pela FEPAM, para a atividade de DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS ATRAVÉS DE ATERRO SANITÁRIO, conforme Licença de Operação nº 02970/2023 neste ato representada pelo responsável legal, sócio administrativo Sr. Valdemir Possenti, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 4037712661 e CPF nº 452.246.330-87, **DECLARA** que possui aterro sanitário de sua propriedade com capacidade e vida útil superior 7 anos, portanto concorda e tem disponibilidade para recebimento e destinação final do RSU coletado (orgânico e rejeitos sólidos não recicláveis e aqueles recicláveis sem interesse comercial), em aterro sanitário devidamente licenciado, gerados pelo Município de Itaqui/RS por 60 meses, conforme Edital de Concorrência Pública nº 004/2023.

São Borja, 23 de maio de 2024



Valdemir Possenti  
Sócio administrador



Processo nº  
3872-05.67 / 23.5

LO N° 02970 / 2023

## LICENÇA DE OPERAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 3872-05.67/23.5 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO.

### I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 223912 - PGR ATERRO SANITARIO E TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA  
CPF / CNPJ / Doc Estr: 33.729.746/0001-90  
ENDEREÇO: RODOVIA RODOVIA BR 287 KM 532  
INTERIOR  
INTERIOR  
97670-000 SAO BORJA - RS

EMPREENDIMENTO: 410533 - ATERRO SANITARIO C/ CENTRAL TRIAGEM RSU  
LOCALIZAÇÃO: ESTRADA RODOVIA DA INTEGRACAO  
INTERIOR  
INTERIOR  
SAO BORJA - RS

COORDENADAS GEOGRAFICAS: Latitude: -28,76959900 Longitude: -55,86847000

A PROMOVER A OPERAÇÃO RELATIVA À ATIVIDADE DE: ATERRO SANITARIO C/CENTRAL TRIAGEM RSU

RAMO DE ATIVIDADE: 3.541,32  
MEDIDA DE PORTE: 15.000,00 quantidade de resíduos (t/mês)  
ÁREA DO TERRENO (m²): 830.000,00  
ÁREA CONSTRUÍDA (m²): 16.884,00

### II - Condições e Restrições:

#### 1. Quanto ao Empreendimento:

- 1.1- período de validade deste documento: 25/09/2023 à 25/09/2028;
- 1.2- esta licença refere-se à operação do empreendimento composto por 01 células de disposição de resíduos - Etapa 1 da Fase A da Célula EMA, 03 lagoas de armazenamento de chorume, área de empréstimo de material de cobertura e bota-espina, área de reserva legal, áreas de abastecimento e manutenção, área administrativa, guarita e balança;
- 1.3- localização poligonal da célula de disposição de resíduos denominada Etapa 1 da Fase A da Célula EMA: -28.765700°, -55.863993°; -28.765910°, -55.864984°; -28.766640°, -55.864370° e -28.766408°, -55.863456°;
- 1.4- localização poligonal da área do empreendimento:

Vértices Latitude Longitude  
1 -28.769599 -55.868470  
2 -28.769064 -55.861133  
3 -28.760836 -55.873966  
4 -28.760405 -55.874293  
5 -28.759416 -55.875133

LO N° 02970 / 2023

Gerado em 25/09/2023 08:41:34

Id Doc 1392159

Folha 1/9

131



6 -28.759036 -55.875481  
7 -28.758236 -55.869089;

- 1.5- a área de empréstimo de material de cobertura terá 191.582,26 m<sup>2</sup> e se localizará na seguinte poligonal: 1 (-28.762635388, -55.865855691), 2 (-28.764413538, -55.871723187), 3 (-28.763295833, -55.872424237), 4 (-28.762140069, -55.869844977), 5 (-28.758477343, -55.871014313), 6 (-28.758263388, -55.869089444);
- 1.5.1- a área de empréstimo de material de cobertura, deve respeitar o distanciamento de 30 m da APP do curso hídrico vizinho e o distanciamento de 5 m da área de reserva legal;
- 1.5.2- na extração de material de cobertura da área deverá ser levado em consideração somente a camada argilosa de solo, não sendo possível a utilização de camadas de solo pedregosas para cobertura do aterro;
- 1.6- a área de reserva legal terá 164.958,74 m<sup>2</sup> e se localizará na seguinte poligonal: 1 (-28.763295833, -55.872424237), 2 (-28.760836666, -55.873966666), 3 (-28.760405555, -55.874293055), 4 (-28.759415833, -55.875133333), 5 (-28.759036388, -55.875480833), 6 (-28.758477343, -55.871014313), 7 (-28.762140069, -55.869844977);
- 1.7- o bota-espera destinado a receber material mineral para execução de taludes e cobertura de resíduos será localizado na porção noroeste do empreendimento, com superfície de base em forma de losango de dimensões 91,77 m e 80,31 m, totalizando 7.370 m<sup>2</sup> de área, afastado 10 (dez) metros dos limites da cortina vegetal;
- 1.8- em cada camada patamar da célula do aterro de resíduos deverão ser instaladas redes de drenos horizontais interligadas à drenagem de base pelos drenos verticais;
- 1.9- a drenagem de gases deverá ser composta por drenos verticais constituídos por um tubo perfurado de concreto ou PVC ao centro, envolto por rachão e contido por uma tela metálica com 0,9 m de diâmetro, sendo previsto para a célula espínlio 14 drenos de gás, e para a célula ema, 17 drenos de gás distribuídos distando em torno de 60 m um do outro e deverão ser instalados tubos galvanizados providos de queimadores na extremidade dos drenos;
- 1.10- os acessos internos, externos e as áreas de manobra deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, sinalização e trafegabilidade, permitindo o fluxo normal de veículos e a operação do empreendimento sob qualquer condição climática;
- 1.11- visando à adequada operação do empreendimento, manter profissional habilitado, bem como dispor de maquinário e operadores capacitados, necessários à realização dos serviços, em conformidade com os requisitos técnicos e normas pertinentes ao tema. O projeto e a operação do empreendimento é de inteira responsabilidade do empreendedor solicitante e dos técnicos por ela contratados;
- 1.12- deverá o empreendimento manter responsável(is) técnico(s) habilitado(s) pela operação do Aterro e Estação de Tratamento de Efluentes, com respectiva(s) ART(s) atualizada(s), devendo informar ao órgão ambiental em caso de alteração do(s) responsável(is) ao longo da vigência dessa licença, encaminhando cópia da nova ART;
- 1.13- no caso de qualquer alteração a ser realizada no empreendimento (alteração de processo, implantação de novas instalações, ampliação de área ou de produção, realocação, etc.) deverá ser previamente providenciado o licenciamento junto à FEPAM, exceto nos casos previstos na Portaria FEPAM nº 301/2023;
- 1.14- o monitoramento do empreendimento se dará através de análises de águas superficiais e solo;
- 1.15- os pontos de monitoramento constam nas seguintes coordenadas:

Identificação	Latitude	Longitude
PONTO 1 - MONTANTE	-28,76990800	-55,85623900
PONTO 2 - JUSANTE	-28,76581200	-55,86174900
PONTO 3 - JUSANTE	-28,75765000	-55,86870200
PONTO 4 - JUSANTE	-28,72928100	-55,87599000

- 1.16- o monitoramento do solo deverá ser semestral, sendo os pontos de amostragem localizados a no máximo 10 m da célula e das lagoas, considerando a topografia da área e o fluxo das águas; a profundidade de amostragem deverá ser 0,5 m abaixo da profundidade da base da célula e lagoas e os parâmetros inorgânicos da CONAMA Nº 420/09. Antes do início da operação deverão ser realizadas análises do solo para servir de background;
- 1.16.1- para as próximas fases da célula que forem licenciadas, deverão ser incluídos novos pontos de monitoramento do solo conforme for o aumento da área de disposição de resíduos;
- 1.17- deverá fazer a comunicação imediata à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de elementos de interesse paleontológico, na área do empreendimento;
- 1.18- deverá ser apresentado, a cada 02 (dois) anos, até o último dia útil do mês de junho, Relatório de Auditoria Ambiental, elaborada de acordo com o disposto na Portaria FEPAM Nº 32 DE 27/05/2016, que Estabelece os critérios e as diretrizes que deverão ser considerados para execução das auditorias ambientais no Estado do Rio Grande do Sul;
- 1.19- a área do empreendimento deverá ser cercada, devidamente identificada e com controle de acesso;



- 1.20- no prazo de até 60 (sessenta) dias deverá ser apresentado o(s) Certificado(s) de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s) ([www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)), de todos os empreendedores deste empreendimento, com correlação na(s) Ficha(s) Técnica(s) de Enquadramento:

Categoria	Código	Descrição
17	17 - 4	Destinação de resíduos de esgotos sanitários e de resíduos sólidos urbanos, inclusive aqueles provenientes de fossas

2. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

- 2.1- deverão ser mantidos procedimentos periódicos de inspeção e manutenção às estruturas implantadas de modo a prevenir/corrigir eventuais ocorrências de danos ou falhas operacionais, objetivando condições adequadas de preservação do ambiente no entorno do mesmo;
- 2.2- deverão ser adotadas medidas de controle dos processos erosivos;
- 2.3- deverão ser mantidas medidas de reestruturação e de preservação da APP do curso hídrico localizado próximo à divisa da área, assim como da reserva legal, em conformidade com o projeto de medida mitigatória e compensatória de reestruturação e preservação de áreas de APP, sob a responsabilidade técnica da bióloga Fabiana Favero Loureiro Machado;
- 2.4- deverão ser mantidas as medidas mitigatórias para a preservação dos fragmentos florestais presentes no entorno do empreendimento, em consonância com o projeto proposto;
- 2.5- deverão ser atendidos os planos e programas propostos para mitigação dos impactos ambientais identificados para a fase de operação nas áreas ambientalmente sensíveis;
- 2.6- não poderá haver supressão de vegetação nativa e imune a corte do Estado do Rio Grande do Sul, conforme legislação vigente;

3. Quanto ao Cortinamento Vegetal:

- 3.1- deverá ser implantada e mantida a Cortina Vegetal, na forma de cortina arbórea no perímetro do empreendimento, visando amenizar visualmente o local e criar condições para sua proteção e isolamento;
- 3.2- poderá ser executado o manejo da cortina florestal exótica após seu ciclo de desenvolvimento economicamente viável, desde que sua supressão seja gradual, e desde que ocorra o plantio e adequado desenvolvimento de espécies nativas na barreira vegetal ou reforma do plantio exótico;
- 3.3- a execução da implantação e a manutenção da barreira florestal deverá ser acompanhada por responsável técnico habilitado na área florestal, com objetivo de garantir a correta execução das atividades de plantio, condução e estabelecimento das mudas ao solo, adubação, rega e reposição de mudas, bem como manejo adequado;

4. Quanto à Fauna:

- 4.1- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo deverão ser adotadas técnicas para mitigar o efeito atrativo de espécies-problema para aviação, sendo de responsabilidade do empreendedor que o empreendimento não se configure como um foco atrativo de fauna;
- 4.2- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo deverão ser mantidos no empreendimento, para consulta dos órgãos competentes, os relatórios que comprovam a adoção de técnicas adequadas de mitigação dos efeitos atrativos de espécies-problema para aviação e que, no caso de eventuais não conformidades, foram adotadas medidas corretivas;
- 4.3- deverão ser mantidas formas de prevenção e controle de fauna sinantrópica, em conformidade com o projeto apresentado, sob a responsabilidade da profissional bióloga Fabiana Favero Loureiro Machado, ART nº 2021/07953;

5. Quanto aos Efluentes Líquidos:

- 5.1- no prazo de 180 dias da emissão desta licença a instalação da ETE deverá ser finalizada conforme a LI Nº 84/2022, e para ser operada, deverá ser solicitada atualização da LO para inclusão da atividade;
- 5.2- enquanto o empreendimento não realizar o tratamento do efluente, o chorume gerado na célula deverá ser armazenado nas lagoas e caso haja excedente, deverá ser enviado para tratamento externo;
- 5.3- a área para armazenamento de efluente é composta por:
  - Lagoa anaeróbia 01 (80x35x4m), volume útil 8.059,63 m³;
  - Lagoa anaeróbia 02 (63x31x3,5m), volume útil 4.779 m³;
  - Lagoa aerada (41x20x3,5m), volume útil 1.776 m³;
- 5.4- o volume máximo de acúmulo de efluente em cada lagoa não deve ultrapassar o limite de 75% de seu volume útil, de maneira a reduzir os riscos de transbordamento ou lançamento de efluente fora dos padrões estabelecidos na legislação vigente;
- 5.5- o efluente gerado nas células de disposição de resíduos deverá ser conduzido às lagoas de acúmulo existentes na área, não



sendo permitido o lançamento no meio ambiente;

- 5.6- caso o efluente gerado seja enviado para tratamento em unidade externa localizada fora do estado do Rio Grande do Sul deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos para fora do Estado;

**6. Quanto às Emissões Atmosféricas:**

- 6.1- deverão ser adotados os controles necessários para minimizar a emissão de odores que possam ser percebidos fora dos limites do empreendimento;
- 6.2- os gases gerados no interior da massa de resíduos, captados pela rede de drenagem, deverão ser queimados nos queimadores de gás (flare);

**7. Quanto aos Resíduos Sólidos:**

- 7.1- o empreendimento admite somente o recebimento de resíduos sólidos urbanos, Classe II, não sendo permitido o recebimento de resíduos de saúde, de construção civil ou de resíduos industriais. Os resíduos classe I, de acordo com a NBR 10.004:2004, eventualmente recebidos, deverão ser segregados e encaminhados para locais devidamente licenciados para recebê-los, devendo ser evitada a sua disposição em aterros sanitários;
- 7.2- a frente de trabalho do aterro deverá ser reduzida, sendo os resíduos compactados e cobertos ao fim da jornada diária, não devendo permanecer a céu aberto;
- 7.3- o responsável ou encarregado da operação deverá inspecionar, periodicamente, as áreas de armazenamento, verificando os possíveis pontos de deterioração dos recipientes e vazamentos causados por corrosão ou outros fatores, assim também como o sistema de contenção. Qualquer irregularidade constatada deverá ser registrada e as ações corretivas necessárias devem ser executadas em tempo, procurando-se evitar contaminações ao ambiente;
- 7.4- o controle do recebimento dos resíduos no empreendimento é de responsabilidade do empreendedor, devendo ser observados os critérios de compatibilidade para o qual foi projetado;
- 7.5- no caso de envio de resíduos para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos para fora do Estado do Rio Grande do Sul através do Sistema Online de Licenciamento - SOL, conforme Portaria N° 89/2016;
- 7.6- fica proibida a queima, a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme estabelece o Artigo 47, alínea III, da Lei Federal n° 12.305/2010;
- 7.7- deverá ser observado o cumprimento da Portaria FEPAM n° 087/2018, referente ao Sistema de Controle de Transportes de Resíduos - Sistema MTR Online;
- 7.8- os resíduos sólidos gerados deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados para armazenagem temporária, observando a NBR 12.235 e a NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;
- 7.9- caso o empreendimento gere resíduos sólidos passíveis de logística reversa conforme a Lei Federal n° 12.305/2010 e suas regulamentações, deverá destinar corretamente estes resíduos em conformidade com as normas aplicáveis vigentes;
- 7.10- caso o empreendimento gere resíduos sólidos passíveis de logística reversa e que contenham metais pesados, tais como equipamentos eletroeletrônicos inservíveis, pilhas e baterias, baterias chumbo ácido e lâmpadas inservíveis contendo mercúrio, deverá ser atendido o disposto na Diretriz Técnica FEPAM n° 09/2022 ou legislação que vier a substituí-la;
- 7.11- para os resíduos sólidos gerados na unidade, deve ser seguido o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do empreendimento observando a legislação vigente, o qual deverá ser mantido atualizado e divulgado entre os colaboradores;

**8. Quanto aos Óleos Lubrificantes e Combustíveis:**

- 8.1- esta licença não contempla área para tanques de abastecimento com líquidos inflamáveis e combustíveis;
- 8.2- a área de abastecimento e limpeza de veículos e equipamentos é composta por pista de abastecimento com canaletas convergindo para caixa separadora água-óleo (CSAO);
- 8.3- o abastecimento do maquinário do empreendimento é realizado por empresa terceirizada, devendo a mesma seguir procedimentos adequados para a preservação ambiental e a segurança do empreendimento como um todo;
- 8.4- a lavagem de veículos, máquinas e equipamentos deverá ser realizada em áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo. A caixa separadora água/óleo deverá sofrer limpeza e manutenção periódicas;
- 8.5- resíduos sólidos gerados nas atividades de abastecimento, limpeza e/ou manutenção de veículos e equipamentos deverão ser adequadamente acondicionados e destinados a local devidamente licenciado;
- 8.6- caso a atividade utilize óleos lubrificantes em embalagens plásticas, deverá entrar em contato com o(s) fornecedor(es) atacadista(s) (fabricante ou fornecedor) para que estes realizem a coleta das embalagens plásticas pós-consumo. A coleta é gratuita e o coletor fornece comprovante de coleta em atendimento a Portaria SEMA/FEPAM n° 001/2003. O telefone para



756 62  
contato com os distribuidores e fabricantes regularizados constam da Licença Ambiental destes, e estão disponíveis para consulta no site da FEPAM com o código da atividade 3117.00;

- 8.7- caso a atividade adquira óleo lubrificante em embalagens plásticas apenas no comércio varejista, deverá fazer a devolução voluntária no ponto de compra. O comércio varejista de óleos lubrificantes (lojas, supermercados, etc.) não realiza a coleta das embalagens, mas é ponto de coleta dos fornecedores imediatos;
- 8.8- todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de refinado, em conformidade com a legislação vigente;
- 8.9- fica proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas ser destinadas à reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas), conforme a Portaria SEMA/FEPAM nº 001/2003, publicada no DOE de 13/05/2003;
- 8.10- os óleos não rerrefináveis devem atender o disposto no art. 15 da Resolução CONAMA nº 362 de 23 de junho de 2005;
- 8.11- o armazenamento temporário desses óleos deverá ser realizado em área coberta e conforme orientações da norma ABNT NBR 12.235 - Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos, em seus itens aplicáveis;

**9. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:**

- 9.1- em qualquer caso de derramamento, vazamento, deposição acidental de resíduos ou outro tipo de acidente, a FEPAM deverá ser comunicada imediatamente após o ocorrido, através do fone (051) 99982-7840 (24h), devendo ser apresentadas as medidas saneadoras, explicitando as já adotadas, em cumprimento ao disposto no Art. 10 do Decreto Estadual nº 38.356, de 1º de Abril de 1998, que regulamenta a Lei Estadual nº 9.921/93;
- 9.2- o empreendimento deve ser operado e mantido de forma a minimizar a possibilidade de fogo, explosão ou derramamento/vazamento de resíduos que possam ameaçar a saúde humana ou ao meio ambiente;
- 9.3- o responsável técnico deverá manter disponibilizado no empreendimento, em local de fácil acesso e conhecimento de todos, o manual de operação do empreendimento contemplando as operações diárias e o plano de atendimento a emergências, indicando as ações a serem tomadas em caso de acidentes que minimizem os danos à saúde e ao meio ambiente, contemplando no mínimo: identificação dos riscos e ações a serem tomadas (incêndio, explosão, vazamento de líquidos, entre outros), indicação do coordenador do plano de emergência com telefone e endereço de contato atualizado, lista de equipamentos de proteção existentes, estratégia de liberação de recursos financeiros e materiais necessários ao atendimento das emergências, sistema de comunicação interna e externa (corpo de bombeiros, órgão ambiental, atendimento médico, defesa civil/polícia);
- 9.4- deverá ser mantido atualizado o Alvará do Corpo de Bombeiros Municipal, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate a incêndio;

**10. Quanto ao Monitoramento:**

- 10.1- deverá ser enviada eletronicamente à FEPAM, através do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR ON LINE, a Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, com periodicidade trimestral, em conformidade com a Portaria FEPAM nº 87/2018, e alterações; para tanto, o cadastro no sistema MTR, deve estar atualizado com o número do empreendimento (MENU > Configurações > Meus Dados);
- 10.2- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade semestral, até o último dia útil dos meses de março e setembro, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, acompanhado da devida ART, descrevendo as condições gerais do empreendimento contemplando, no mínimo:
  - 10.2.1- identificação, cercamento, acessos externos e vias de circulação internas, iluminação e força, plano de emergência e sistemas de comunicação, melhorias realizadas, roçadas realizadas, sinalização, condições sanitárias do local, sistemas de abastecimento de combustível, preservação das APPs, se for o caso, ocorrências e serviços efetuados no período, bem como acidentes verificados e os procedimentos adotados;
  - 10.2.2- deverá ser anexada planilha de recebimento de resíduos, onde deve constar, discriminado por gerador, a quantidade mensal de resíduos recebida no empreendimento;
- 10.3- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade semestral, até o último dia útil dos meses de março e setembro, Relatório Técnico Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, inclusive da amostragem, descrevendo as condições de monitoramento das águas superficiais do empreendimento contendo, no mínimo:
  - 10.3.1- laudos de amostragem, contendo no mínimo os seguintes itens: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização), descrição da técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, resultados analíticos, limites de detecção, incertezas, equipamentos utilizados e certificados de calibração (número e validade);
  - 10.3.2- laudos de análise e laudo de interpretação das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, sobre a influência do empreendimento sobre a qualidade das águas, analisando estatisticamente o histórico acumulativo e a legislação em vigor, acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para as águas superficiais, para os seguintes parâmetros de monitoramento: Alcalinidade, Alumínio, Cádmio, Cloretos, Chumbo, Cobre, Coliformes



Termotolerantes, Coliformes Totais, Condutividade Elétrica, Cromo, DBO5, DQO, Ferro dissolvido, Ferro total, Fósforo, Manganês dissolvido, Manganês total, Mercúrio, Níquel, Nitrogênio Amoniacal, Nitrogênio total, Oxigênio dissolvido, pH, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensos, Sulfatos, Sulfeto, Temperatura, Turbidez e Zinco;

- 10.4- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade anual, até o último dia útil do mês de setembro, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, inclusive da amostragem, descrevendo as condições de monitoramento das águas superficiais do empreendimento contendo, no mínimo:
- 10.4.1- laudos de amostragem, contendo no mínimo os seguintes itens: identificação dos pontos de amostragem (foto atualizada, coordenada geográfica e croqui de localização), descrição da técnica de coleta, limpeza dos frascos e manuseio e preservação das amostras, resultados analíticos, limites de detecção, incertezas, equipamentos utilizados e certificados de calibração (número e validade);
  - 10.4.2- laudos de análise e laudo de interpretação das análises, elaborado por profissional habilitado, com a respectiva ART, sobre a influência do empreendimento sobre a qualidade das águas, analisando estatisticamente o histórico acumulativo e a legislação em vigor, acompanhado da respectiva interpretação e conclusão para as águas superficiais, para os seguintes parâmetros de monitoramento: Arsênio, Bário, Boro, Cianeto total, Cianeto livre, Cobalto, Cobre, Cor, Cromo hexavalente, Cromo trivalente, Espumas, Estanho, Fenóis, Fluoreto, Lítio, Materiais flutuantes, Molibdênio, Odor, Óleos minerais, Óleos vegetais e gorduras animais, Prata, Selênio, Substâncias tenso-ativas que reagem ao azul de metileno, Vanádio, Benzeno, Clorofórmio, Dicloroeteno (somatório de 1,1 + 1,2 cis + 1,2 trans), Estireno, Etilbenzeno, Tetracloreto de carbono, Tricloroeteno, Tolueno, Xileno, Aldrin, Bifenilas Policloradas (PCBs), Clordano (cis + trans), DDT (4,4'DDT+4,4'DDE+4,4'DDD), Dieldrin, Endrin, Heptacloro e Heptacloro epóxido, Hexaclorobenzeno, Mirex (Dodeacloro Pentaciclodecano) e Toxafeno;
- 10.5- deverão ser realizados e apresentados à FEPAM semestralmente até o último dia útil dos meses de março e setembro, Relatório Técnico de supervisão ambiental atinente ao cortinamento vegetal assinado por responsável técnico habilitado contendo no mínimo:
- 10.5.1- descrição qualitativa e quantitativa dos exemplares escolhidos, índice de sobrevivência com a qualificação do desenvolvimento das mudas (altura média, sanidade, brotamento), sendo que os indivíduos que forem substituídos (mortalidade) deverão ser identificados;
  - 10.5.2- adequações implantadas no local do plantio visando corrigir as falhas na germinação, e estado nutricional das mudas (informando as técnicas selecionadas para corrigir o problema);
  - 10.5.3- relatório fotográfico panorâmico e detalhado;
  - 10.5.4- ART do responsável técnico pelas informações;
- 10.6- deverão ser encaminhados à Fepam semestralmente, até o último dia útil dos meses de março e setembro, relatórios técnicos acompanhados de registro fotográfico, comprobatórios do atendimento das condições referentes à cortina vegetal, fauna sinantrópica, fauna silvestre e medidas mitigatórias e compensatórias do meio biótico;
- 10.7- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade semestral até o último dia útil dos meses de março e setembro, Relatório Técnico e Fotográfico, assinado pelo respectivo Responsável Técnico, acompanhado da devida ART, descrevendo as condições de operação da célula do aterro sanitário contendo, no mínimo:
- 10.7.1- manutenção dos acessos à célula;
  - 10.7.2- volume atual de recebimento, percentuais de ocupação e cálculos de vida útil das células instaladas no empreendimento e vida útil total do aterro;
  - 10.7.3- emanção de odores incômodos à circunvizinhança, proliferação de vetores (moscas, mosquitos, ratos, barata), presença de aves, manutenção da frente de trabalho reduzida, cobertura frequente dos resíduos e equipamentos disponíveis para a operação;
  - 10.7.4- eficiência e estado dos drenos de lixiviado, de captação/queima de biogás, de pluvial e de drenos testemunho. Realizar monitoramento da caixa de inspeção do dreno testemunho com frequência quinzenal. Havendo identificação de presença de umidade oriunda do dreno testemunho, a FEPAM deve ser comunicada imediatamente por meio de juntada no SOL;
  - 10.7.5- impermeabilização de base, estabilidade e conformação dos taludes, drenagem pluvial, urgência de lixiviado nos taludes ou na drenagem pluvial;
  - 10.7.6- cotas de topo da célula em operação e das células encerradas, indicando o recalque, quando houver;
  - 10.7.7- fechamento/encerramento das células já esgotadas;
  - 10.7.8- situação quanto a estanqueidade dos taludes das células em operação e encerradas;
- 10.8- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade semestral, até o último dia útil dos meses de março e setembro, Relatório Técnico e Fotográfico, assinado pelo respectivo Responsável Técnico, acompanhado da devida ART, descrevendo as condições de operação da ETE contendo, no mínimo:
- 10.8.1- descrição geral do processo de tratamento, e quando houver lagoas, incluir a indicação dos volumes das lagoas e percentual de ocupação;
  - 10.8.2- vazão mensal de efluentes gerado, recirculado ou volume de efluente encaminhado para tratamento externo;



758  
64

- 10.8.3- balanço hídrico do sistema de tratamento de efluentes contendo a vazão de efluente gerado, a capacidade de acúmulo de todo o sistema e de cada lagoa separadamente, quando houver, e das saídas de efluentes do processo, concluindo acerca dos resultados obtidos;
- 10.8.4- laudos de análise do efluente bruto (entrada da primeira unidade/lagoa da ETE) e na última etapa de tratamento, determinando os parâmetros: Alcalinidade, Alumínio, Cádmio, Cloretos, Chumbo, Cobre, Coliformes Termotolerantes, Coliformes Totais, Condutividade Elétrica, Cromo, DBO5, DQO, Ferro dissolvido, Ferro total, Fósforo, Manganês dissolvido, Manganês total, Mercúrio, Níquel, Nitrogênio Amônia, Nitrogênio total, Oxigênio dissolvido, pH, Sólidos Sedimentáveis, Sólidos Suspensos, Sulfatos, Sulfeto, Temperatura e Zinco;
- 10.8.5- declaração, assinada pelo técnico habilitado, com a devida ART, referente à execução da amostragem em conformidade com o estabelecido nas normas NBR 9898 NB 1050 - Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores;
- 10.8.6- interpretação dos resultados obtidos, relacionando-os com as campanhas anteriores e com os padrões de emissão;
- 10.8.7- caso ocorra lançamento ou envio do efluente para tratamento externo deverá ser apresentada, até o dia 31 de março de cada ano, declaração de carga poluidora, referente ao ano civil anterior, subscrita pelo administrador principal da empresa e pelo responsável técnico devidamente habilitado, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;
- 10.9- deverá ser enviado à FEPAM, com periodicidade anual, até o último dia útil do mês de setembro, Relatório Técnico e Fotográfico, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico, com ART, descrevendo as condições de monitoramento da ETE do empreendimento, contendo no mínimo:
- 10.9.1- laudos de análise do efluente (lixiviado) bruto (entrada da primeira unidade/lagoa da ETE) e na última etapa de tratamento, determinando os parâmetros: Arsênio, Bário, Boro, Cianeto total, Cianeto livre, Cobalto, Cobre, Cor, Cromo hexavalente, Cromo trivalente, Espumas, Estanho, Fenóis, Fluoreto, Lítio, Materiais flutuantes, Molibdênio, Odor, Óleos minerais, Óleos vegetais e gorduras animais, Prata, Selênio, Substâncias tenso-ativas que reagem ao azul de metileno, Sulfatos, Vanádio, Benzeno, Clorofórmio, Diclroeteno (somatório de 1,1 + 1,2 cis + 1,2 trans), Estireno, Etilbenzeno, Tetracloreto de carbono, Tricloroeteno, Tolueno, Xileno, Aldrin, Bifenilas Policloradas (PCBs), Clordano (cis + trans), DDT (4,4'DDT+4,4'DDE+4,4'DDD), Dieldrin, Endrin, Heptacloro e Heptacloro epóxido, Hexaclorobenzeno, Mirex (Dodeccloro Pentaciclodecano) e Toxafeno;
- 10.9.2- declaração, assinada pelo técnico habilitado, com a devida ART, referente à execução da amostragem em conformidade com o estabelecido nas normas NBR 9898 NB 1050 - Preservação e Técnicas de Amostragem de Efluentes Líquidos e Corpos Receptores;
- 10.9.3- interpretação dos resultados obtidos, relacionando-os com as campanhas anteriores e com os padrões de emissão;
- 10.10- todas as análises realizadas deverão ser efetuadas por laboratório cadastrado junto a FEPAM;
11. Quanto aos Programas Ambientais:
- 11.1- deverão ser mantidos os planos e programas de acompanhamento, controle e monitoramento apresentados no Relatório Ambiental Simplificado:
- Programa de compensação ambiental;
  - Implantação e supervisão ambiental do cortinamento vegetal;
  - Inspeção das estruturas físicas do empreendimento;
  - Plano de gerenciamento de resíduos sólidos;
  - Monitoramento e controle dos efluentes líquidos;
  - Monitoramento da qualidade do ar e odores;
  - Programa de capacitação e treinamento dos funcionários;
  - Programa de controle de erosão e assoreamento;
  - Programa de monitoramento, controle e redução das emissões atmosféricas;
  - Programa de recuperação de áreas degradadas;
  - Programa de controle de tráfego;
  - Programa de educação ambiental;
  - Programa de participação das cooperativas e associações de catadores;
  - Plano de operação;
  - Programa de monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas;
  - Programa de monitoramento da fauna silvestre com ênfase na espécie (*Rhea americana*) e da fauna sinantrópica;
12. Com as seguintes Condições Específicas:
- 12.1- para operar a etapa 2 da fase A da célula EMA e demais fases, deverá ser solicitada atualização da LO;
- 12.2- para as futuras atualizações da LO deverá ser apresentada a seguinte documentação:
- Declaração de regularidade de compensação ambiental comprovando regularidade;
  - Relatório técnico de acompanhamento da execução dos Programas apresentados no RAS, com informações e comprovações das ações que foram desenvolvidas a respeito de cada programa;

137

M.



759  
65

- Relatório técnico de execução das medidas mitigadoras e compensatórias, com informações e comprovações das ações que foram desenvolvidas;

- 12.3- para a instalação das próximas células deverá ser realizado ensaio para determinação do coeficiente de permeabilidade na camada inferior de argila e deverá ser comprovado através de laudo contendo informação da norma utilizada para realizar os ensaios de infiltração no solo, os valores de coeficiente de permeabilidade obtidos, parecer conclusivo a respeito do atendimento à LI quanto à compactação do solo e ART do responsável pelo documento;
- 12.4- como a Portaria DRHS Nº 003.284/2023 libera dispensa de outorga do direito de uso de recursos hídricos para vazão de 1,8 m<sup>3</sup>/dia, e como a vazão de uso informada no formulário de licenciamento ambiental é de 4 m<sup>3</sup>/dia, no prazo de 30 dias da emissão desta licença deverá ser apresentada alternativa de abastecimento de água;
- 12.5- o PGRS deverá ser atualizado após o início da operação do empreendimento, sendo que para definição do destino do lodo da ETE, o mesmo deverá ser caracterizado quanto à classe de resíduos a que pertence conforme NBR 10004. Também deverão ser identificadas as empresas para as quais os resíduos gerados no empreendimento serão destinados e apresentadas as licenças ambientais das mesmas;
- 12.6- deverá ser implantada a cortina vegetal na totalidade do perímetro do empreendimento no prazo de 1 ano da emissão desta licença, em conformidade com o projeto apresentado, sob a responsabilidade da profissional bióloga Fabiana Favero Loureiro Machado, ART nº 2021/07953;
- 12.7- no prazo de 30 dias deverá ser apresentado relatório comprovando a adequação da instalação da caixa de inspeção do dreno testemunho, sendo exclusiva para contribuição do dreno testemunho, sem qualquer outra contribuição ou interferência de dreno de chorume;
- 12.8- no prazo de 30 dias realizar a apresentação de Plano de Monitoramento da Estabilidade dos Taludes;
- 12.9- caso haja surgimento de água subterrânea nos poços secos, realizar o monitoramento utilizando-se a Resolução CONAMA 420/2009 como padrão. Caso haja uso de água subterrânea, comparar os resultados com Resolução CONAMA 396/2008 e legislação específica da atividade de uso. Caso haja surgimento de água subterrânea nos poços secos, atender a Diretriz Técnica FEPAM 04/2021;

### 13. Quanto à Publicidade da Licença:

- 13.1- deverá ser instalada placa de identificação e divulgação da Licença Ambiental, conforme Portaria Nº 17/2009 DPRES, segundo modelo disponível na home page da FEPAM ([www.fepam.rs.gov.br](http://www.fepam.rs.gov.br));

### III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

- 1- avaliação consolidada, através de planilha de tratamento de dados estatísticos, dos resultados de análise dos efluentes e águas superficiais, realizadas ao longo do período de vigência desta licença e respectiva interpretação, alusiva à legislação vigente, realizada por profissional habilitado e respectiva ART;
- 2- laudo técnico acompanhado de registro fotográfico detalhado, firmado pelo responsável técnico, apresentando as reais condições do empreendimento em cumprimento a presente licença;
- 3- declaração do empreendedor quanto à responsabilidade técnica pela operação do empreendimento, remetendo cópia da ART do responsável técnico;
- 4- planta atualizada da área onde conste todas as unidades existentes em operação e encerradas e pontos de monitoramento com as respectivas coordenadas em grau decimal sistema SIRGAS2000, quando houver e quadro de áreas;
- 5- layout geral do empreendimento;
- 6- imagem de satélite atualizada e colorida, indicando a localização da área e descrição das vias de acesso desde a sede do município;
- 7- imagem ou fotografia aérea georreferenciada da área do empreendimento, em escala compatível que permita a visualização de todos os seus elementos constituintes, demonstrando a situação atualizada da atividade quando da solicitação da renovação da licença;
- 8- levantamento topográfico e laudo técnico descrevendo a situação do empreendimento em relação ao projeto original e estimativa de vida útil;
- 9- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo, deverá ser anexada lista de aeródromos em cuja ASA o empreendimento está localizado, informando a classificação do aeródromo (público ou privado) e, em caso de aeródromo público, se há voos regulares ou movimento superior a 1.150 movimentos/ano. A lista de aeródromos, sua localização (coordenadas geográficas) e classificação (público ou privado) estão disponíveis no link <https://www.anac.gov.br/assuntos/setor-regulado/aerodromos/cadastro-de-aerodromos-civis>;
- 10- caso a área do empreendimento situe-se dentro do raio de 20 Km a partir do centro geométrico da maior pista de um aeródromo,



760  
66

deverá ser anexado compromisso formal, assinado por representante legal e por profissional com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), por meio do qual obrigam-se a empregar um conjunto de técnicas para mitigar o efeito atrativo de espécies-problema para aviação, de forma que o empreendimento não se configure como um foco atrativo de fauna;

- 11- acessar o SOL - Sistema On Line de Licenciamento Ambiental, em [www.sol.rs.gov.br](http://www.sol.rs.gov.br), e seguir as orientações preenchendo as informações e apresentando as documentações solicitadas. O Manual de Operação do SOL encontra-se disponível na sua tela de acesso;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá fazer Pedido de Alteração no SOL imediatamente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Esta licença é válida para as condições acima até 25 de setembro de 2028, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 24 de setembro de 2023.

Este documento é válido para as condições acima no período de 25/09/2023 a 25/09/2028.

A renovação desta licença deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, conforme Art. 14 § 4.º da Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site [www.fepam.rs.gov.br](http://www.fepam.rs.gov.br).

fepam®.



DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

Renato das Chagas e Silva

25/09/2023 09:43:37 GMT-03:00

39553094015

Assinatura válida

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
www.crea-rs.org.br

## CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Certidão nº: **2083780**

Validade: **31/05/2020**

Razão Social: **BRISA TRANSPORTES LTDA.**

CNPJ: **94.107.919/0001-22**

Nº de registro no Crea-RS: **89819**

Registrada desde: **20/11/1995**

Registrada para:

NA ÁREA DA ENGENHARIA CIVIL: COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAL, SELETIVO, ENTULHOS, INERTES E INDUSTRIAL (RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E INDUSTRIAIS NÃO PERIGOSOS INERTES); CAPINA E VARRIÇÃO MANUAL/MECÂNICA DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS; EXECUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO; EXECUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRANSBORDO E DE CENTRAIS DE TRIAGEM E RECICLAGEM (SEPARAÇÃO E TRIAGEM); ESTUDOS, PROJETOS, CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS VINCULADAS À ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E ENGENHARIA CIVIL; RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (NO ÂMBITO DA ENGENHARIA CIVIL); LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E ÁREAS; ESCAVAÇÃO, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, CALÇAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA; EXECUÇÃO, MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE OBRAS VIÁRIAS.

NA ÁREA DA ENGENHARIA QUÍMICA: COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DOMICILIARES, COMERCIAL, SELETIVO, ENTULHOS, INERTES, HOSPITALAR E INDUSTRIAL; EXECUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATERRO SANITÁRIO; EXECUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTAÇÕES DE TRANSBORDO E DE CENTRAIS DE TRIAGEM/RECICLAGEM/COMPOSTAGEM; ESTUDOS, PROJETOS, CONSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS VINCULADAS À ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL (NO ÂMBITO DA ENGENHARIA QUÍMICA); COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DE QUAISQUER CARGAS; RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS (NO ÂMBITO DA ENGENHARIA QUÍMICA).

Observações:

AS ATIVIDADES RELATIVAS AO PROJETO DE ESTAÇÕES DE TRANSBORDO, SOMENTE PODERÃO SER REALIZADAS COM A PARTICIPAÇÃO DOS ENGENHEIROS CIVIS OU DE FORTIFICAÇÕES EM CONJUNTO COM OS ENGENHEIROS SANITARISTAS OU ENGENHEIROS QUÍMICOS.

Restrições:

NADA CONSTA.

Endereço(s): **1) R ERNESTO ALVES, 750**  
**CENTRO**  
**Ijuí-RS**  
**98700-000**

Capital Social: **R\$ 3.000.000,00**

Responsáveis Técnicos:

**1) KARINE LUIZA PIACENTINI**

Título: **Engenheiro Sanitarista e Ambiental**  
**Engenheiro Civil**

93





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
www.crea-rs.org.br

Visto nº: SC754703 Data do Visto: 27/10/2010

Responsável Técnico pela empresa desde 26/08/2011

Atribuições Profissionais (legislação):

RESOLUÇÃO 218/73 ART. 7

Resolução 447/2000

Resolução 310/86

2) **EDUARDO KACZYNSKI**

Título: Engenheiro Químico  
Engenheiro de Segurança do Trabalho

Carteira Crea: RS093452 Registrado desde 22/01/1997

Responsável Técnico pela empresa desde 24/05/2018

Atribuições Profissionais (legislação):

RESOLUÇÃO 218/73 ART. 17º

RESOLUÇÃO 359/91 ART. 4º E RESOLUÇÃO 437/99 ART. 4º

Curso de pós-graduação:

Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho

Concluído em: 23/06/2001

3) **THIAGO PRADELLA**

Título: Engenheiro Civil

Carteira Crea: RS145945 Registrado desde 13/01/2007

Responsável Técnico pela empresa desde 20/03/2019

Atribuições Profissionais (legislação):

RESOLUÇÃO 218/73, ART. 7º, EM CONSONÂNCIA COM O ART. 7º DA LEI 5.194/66 E  
DECRETO 23.569/33, ART. 28 E ART. 29

**Certificamos** que BRISA TRANSPORTES LTDA.....  
está devidamente registrada no Crea-RS, nos termos do art. 59 da Lei Federal 5.194, de 1966.

**Certificamos** que a pessoa jurídica mencionada, bem como os seus responsáveis técnicos constantes desta certidão, não possuem débito de anuidade ou auto de infração transitado em julgado no Crea-RS, nos termos do art. 66 da Lei Federal 5.194, de 1966.

Esta certidão não autoriza a pessoa jurídica a executar serviços técnicos sem a participação efetiva de seus responsáveis técnicos.

Os dados supracitados referem-se à situação da pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos na presente data, devendo estar atualizada conforme art. 10º da Resolução nº 1.121/2019 do Confea. A presente certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer modificação posterior dos elementos nela contidos e desde que não represente a situação correta ou atualizada do registro.



486

70

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA




Rua São Luís, 77 - Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100

[www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)

Certidão emitida pela internet. Para confirmar a sua autenticidade, acesse [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br), selecione "Acesso Rápido" e a seguir "Certidões - Consulta a autenticidade de uma Certidão de registro emitida pelo Crea-RS". Informe o número desta certidão para visualização e conferência deste documento. Em caso de dúvida, entre em contato com o Crea-RS pelo fone 51 3320-2140, de segunda a sexta, das 9h às 17h30.

Certidão gerada em 16/5/2024 e reimpressa em 16/5/2024

Fim da certidão nº 2083780 .....

    
Página 3 de 3

25





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
www.crea-rs.org.br

## CERTIDÃO DE VISTO DE PROFISSIONAL

Certidão nº: 2071691

Validade: 31/03/2025

Nome da Profissional: **KARINE LUIZA PIACENTINI**

Título: **ENGENHEIRA SANITARISTA E AMBIENTAL**  
**ENGENHEIRA CIVIL**

Visto nº: SC754703

RNP: 2500190200

CPF: 026.126.179-73

Data do Visto: 27/10/2010

Atribuições Profissionais (legislação):

RESOLUÇÃO 218/73 ART. 7

RESOLUÇÃO 310/86

RESOLUÇÃO 447/2000

Curso de Graduação:

ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - Colou grau em: 19/02/2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

ENGENHARIA CIVIL - Colou grau em: 23/04/2015

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

Curso de Pós-Graduação:

NADA CONSTA

Responsabilidade técnica por pessoa jurídica:

1) ONZEURB TRANSPORTES LTDA. desde 05/11/2010

2) BRISA TRANSPORTES LTDA. desde 26/08/2011

3) CTRV TRANSPORTES DE RESIDUOS DO VALE LTDA desde 24/08/2016

**Certificamos** que a profissional KARINE LUIZA PIACENTINI.....  
possui visto no Crea-RS, nos termos do art. 65 da Lei Federal 5.194, de 1966.

**Certificamos** que a profissional não possui débito de anuidade ou auto de infração transitado em  
julgado no Crea-RS, nos termos do art. 66 da Lei Federal 5.194, de 1966.

Certidão emitida pela internet. Para confirmar a sua autenticidade, acesse [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)  
selecione "Acesso Rápido" e a seguir "Certidões - Consulta a autenticidade de uma Certidão de  
Registro emitida pelo Crea-RS". Informe o número desta certidão para visualização e conferência  
deste documento. Em caso de dúvida, entre em contato com o Crea-RS pelo fone 51 3320-2140,  
de segunda a sexta, das 9h às 17h30.

Certidão gerada em 3/4/2024 e reimpressa em 3/4/2024

Fim da certidão nº 2071691 .....



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
www.crea-rs.org.br

## CERTIDÃO DE REGISTRO DE PROFISSIONAL

Certidão nº: **2059024**

Validade: **31/03/2025**

Nome do Profissional: **EDUARDO KACZYNSKI**

Título: **ENGENHEIRO QUÍMICO**

**ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO**

Carteira Crea: **RS093452**

RNP: **2206825597**

CPF: **634.373.760-04**

Registrado desde: **22/01/1997**

Atribuições Profissionais (legislação):

**RESOLUÇÃO 218/73 ART. 17º**

**RESOLUÇÃO 359/91 ART. 4º E RESOLUÇÃO 437/99 ART. 4º**

Curso de Graduação:

**ENGENHARIA QUÍMICA - Colou grau em: 15/01/1995**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS**

Curso de Pós-Graduação:

**ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO,**

**CONCLUÍDO EM: 23/06/2001**

**UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL - ULBRA**

Responsabilidade técnica por pessoa jurídica:

- 1) ESTINSUL EQUIP. DE PREVENÇÃO CONTRA INCENDIO desde 11/09/2009
- 2) PLÁSTICOS HARPLA LTDA desde 11/04/2014
- 3) APL APOIO LOGÍSTICO LTDA desde 09/10/2015
- 4) ADVENTO DESENTUPIDORA E SERVIÇOS LTDA - EPP desde 15/04/2016
- 5) JULIANA SILVA DOS SANTOS - ME desde 01/12/2017
- 6) ONZEURB TRANSPORTES LTDA. desde 24/05/2018
- 7) BRISA TRANSPORTES LTDA. desde 24/05/2018
- 8) BEM HUR JOSÉ SCHMIDT LTDA. desde 27/05/2019
- 9) COOPERATIVA DE TRABALHO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES
- 9) AUTÔNOMOS DAS VILAS DE PORTO ALEGRE LTDA desde 06/09/2019
- 10) SERRA AMBIENTAL LTDA desde 29/08/2022
- 11) CONSEGUANÇA-SEGURANÇA TRABALHO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE LTDA desde 01/06/2023

Participante do Quadro Técnico de pessoa jurídica:

- 1) GERAÇÃO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA. desde 08/11/2013

**Certificamos** que o profissional EDUARDO KACZYNSKI.....  
está devidamente registrado no Crea-RS, nos termos do art. 55 da Lei Federal 5.194, de 1966.

**Certificamos** que o profissional não possui débito de anuidade ou auto de infração transitado em  
julgado no Crea-RS, nos termos do art. 66 da Lei Federal 5.194, de 1966.

Página 1 de 2

(27)





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 – Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
www.crea-rs.org.br

489  
73

Certidão emitida pela internet. Para confirmar a sua autenticidade, acesse [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br) selecione "Acesso Rápido" e a seguir "Certidões - Consulta a autenticidade de uma Certidão de Registro emitida pelo Crea-RS". Informe o número desta certidão para visualização e conferência deste documento. Em caso de dúvida, entre em contato com o Crea-RS pelo fone 51 3320-2140, de segunda a sexta, das 9h às 17h30.

Certidão gerada em 7/2/2024 e reimpressa em 22/5/2024

Fim da certidão nº 2059024 .....

  
Página 2 de 2

28



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL - CREA-RS  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA  
Rua São Luís, 77 - Santana | Porto Alegre (RS) | CEP 90620-170 | Fone: 51 3320.2100  
www.crea-rs.org.br

## CERTIDÃO DE REGISTRO DE PROFISSIONAL

Certidão n°: **2063930**

Validade: **31/03/2025** ✓

Nome do Profissional: **THIAGO PRADELLA**

Título: **ENGENHEIRO CIVIL**

Carteira Crea: **RS145945**

RNP: **2201373507**

CPF: **003.698.490-60**

Registrado desde: **13/01/2007**

Atribuições Profissionais (legislação):

**RESOLUÇÃO 218/73, ART. 7º, EM CONSONÂNCIA COM O ART. 7º DA LEI  
5.194/66 E DECRETO 23.569/33, ART. 28 E ART. 29**

Curso de Graduação:

**ENGENHARIA CIVIL - Colou grau em: 13/01/2007  
UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**

Curso de Pós-Graduação:

**NADA CONSTA**

Responsabilidade técnica por pessoa jurídica:

- 1) BRISA TRANSPORTES LTDA. desde 20/03/2019
- 2) ONZEURB TRANSPORTES LTDA. desde 20/03/2019
- 3) CTRV TRANSPORTES DE RESIDUOS DO VALE LTDA desde 20/03/2019
- 4) AMARAL TRANSPORTES E SERVICOS DE LIMPEZA LTDA desde 14/04/2022
- 5) SERRA AMBIENTAL LTDA desde 22/02/2024

**Certificamos** que o profissional THIAGO PRADELLA.....

está devidamente registrado no Crea-RS, nos termos do art. 55 da Lei Federal 5.194, de 1966.

**Certificamos** que o profissional não possui débito de anuidade ou auto de infração transitado em julgado no Crea-RS, nos termos do art. 66 da Lei Federal 5.194, de 1966.

Certidão emitida pela internet. Para confirmar a sua autenticidade, acesse [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br) selecione "Acesso Rápido" e a seguir "Certidões - Consulta a autenticidade de uma Certidão de Registro emitida pelo Crea-RS". Informe o número desta certidão para visualização e conferência deste documento. Em caso de dúvida, entre em contato com o Crea-RS pelo fone 51 3320-2140, de segunda a sexta, das 9h às 17h30.

Certidão gerada em 6/3/2024 e reimpressa em 3/4/2024

Fim da certidão n° **2063930** .....





491  
75

AO  
MUNICÍPIO DE ITAQUI  
COMISSÃO DE LICITAÇÕES

REF.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004 /2023

**DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO:**

A empresa **Brisa Transportes Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 94.107.919.0001/22, com sede na Rua Ernesto Alves nº 750, Bairro Centro, na cidade de Ijuí/RS, CEP 98700-000, por intermédio de seu representante legal Sr. Gerson Luiz Bitelo, portador da Carteira de Identidade nº 1020616189 e do CPF nº 372.595.120-91 **INDICA** o Sr. Thiago Pradella – Engenheiro Civil, inscrito no CREA RS sob nº 145.945 e a Sra. Karine Luiza Piacentini – Engenheira Sanitarista e Ambiental e Engenheiro Civil, inscrita no CREA SC sob nº 754.703 como responsáveis técnicos pela execução dos serviços, objetos desta licitação.

Ijuí, 24 de maio de 2024.

Assinado digitalmente por:  
GERSON LUIZ BITELO  
CPF: \*\*\*.595.120-91  
Certificado emitido por AC SERASA RFB v5  
Data: 20/05/2024 15:37:09 -03:00



**BRISA TRANSPORTES EIRELI.**  
CNPJ nº 94.107.919/0001-22  
Gerson Luiz Bitelo  
RG 1020616189  
Representante Legal

Rua Ernesto Alves, nº. 750 – Bairro Centro – Ijuí, RS – CNPJ 94.107.919/0001-22.

30



492  
76



## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: W7GBY-DRVWP-AHPB9-6LXYC

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ GERSON LUIZ BITELO (CPF \*\*\*.595.120-\*\*) em 20/05/2024 15:37 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://app.ideiasigner.com.br/validate/W7GBY-DRVWP-AHPB9-6LXYC>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://app.ideiasigner.com.br/validate>

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*





**Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS**  
**Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**

**ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA:**

Atestamos para fins de comprovação de realização de serviço, que os profissionais, Engenheira Sanitarista e Ambiental, Engenheira Civil Karine Luiza Piacentini, inscrita no CREA/SC sob nº. 754.703, na qualidade de Responsável Técnico e o Engenheiro Civil Thiago Pradella, inscrito no CREA/RS sob nº. 145.945, na qualidade de Responsável Técnico, ambos pela empresa Brisa Transportes Ltda. foi contratada pelo Município de São José do Norte/RS e está prestando os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

**DADOS DO SERVIÇO TÉCNICO**

1. **Contrato nº.:** 063/2019
2. **Objeto do Contrato:** Prestação dos serviços de coleta de resíduos domésticos e comerciais.
3. **Endereço dos Serviços:**
  - 3.1. **Endereço de Coleta/Transporte de Resíduos:** Diversas Ruas e Avenidas do Município de São José do Norte/RS
4. **Empresa Contratada:** Brisa Transportes Ltda., CNPJ nº. 94.107.919/0001-22, Rua Ernesto Alves, nº 750, Bairro Centro, Ijuí-RS, CREA/RS nº. 89.819.
5. **Contratante:** Prefeitura Municipal de São José do Norte/RS – CNPJ 88.568.902/0001-70 – Rua Edgardo Pereira Velho, 635 – Bairro Tamandaré – São José do Norte/RS.
6. **Proprietário:** Prefeitura Municipal de São José do Norte/RS – CNPJ 88.568.902/0001-70 – Rua Edgardo Pereira Velho, 635 – Bairro Tamandaré – São José do Norte/RS.
7. **ART's:**
  - 7.1. **Engenheira Sanitarista e Ambiental, Engenheira Civil Karine Luiza Piacentini:** ART nº. 10644305.
  - 7.2. **Engenheiro Civil Thiago Pradella:** ART's nº. 10638597, 10866739, 11606491, 11669478, 11717179, 12034987, 12039325, 12662099, 12690541, 13127158, 13127204, 13127236, 13127281, 13127312 e 13127345.
8. **Responsável Técnico:**
  - 8.1. **Engenheira Sanitarista e Ambiental, Engenheira Civil Karine Luiza Piacentini:** CREA/SC nº. 754.703, RNP Nº. 2500190200, Período de participação nos serviços 15/07/2019 a 14/07/2020.

assinado por 1 pessoa: VANESSA PEREIRA FIRMO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saojosedonorte.rs.gov.br/verificacao/8762-4A0D-E987-EB60> e informe o código 8762-4A0D-E987-EB60

Rua Edgardo Pereira Velho, 635 - Bairro Tamandaré  
smou@saojosedonorte.rs.gov.br / [www.saojosedonorte.rs.gov.br](http://www.saojosedonorte.rs.gov.br)  
Fone/Fax: (53) 3238.1771 - 3238.1899 - São José do Norte - RS

[Digite aqui]



Selo de segurança nº 227597

A autenticidade deste registro pode ser confirmada no site [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br), link Cidadão. Consultas, Atestado Registrado, informe o nº do selo de segurança ao lado ou pelo QR Code presente ao final deste documento.

**Atestado registrado  
no CREA-RS**





**Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS**  
**Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**

8.2. Engenheiro Civil Thiago Pradella, CREA/RS nº. 145.945, RNP Nº. 2201373507, Período de participação nos serviços 15/07/2019 a 10/07/24 – em andamento.

9. Atividades que já foram concluídas até a data de emissão do atestado sob a responsabilidade técnica do profissional:

9.1. Engenheira Sanitarista e Ambiental, Engenheira Civil Karine Luiza Piacentini: Prestação dos serviços de coleta de resíduos domésticos e comerciais (incluindo a coleta, fornecimento, manutenção, substituição e higienização de 60 contêineres em PEAD com capacidade de 1.000 litros cada e o monitoramento da frota através de sistema de rastreamento veicular), sendo o volume estimado mensal de 370 toneladas, 4.371 quilômetros e 60 contêineres. Totais executados de 15/07/2019 à 14/07/2020, 4.253,040 toneladas, 52.452 quilômetros e 720 contêineres, conforme tabelas abaixo:

Coleta de RSU			
Mês/Ano	Quantidade (T)	Quilometragem (Km)	Contêineres por Mês (unid.)
Jul/19 A partir de 15/07/2019	198,060	2.185,5	60
Ago/19	326,960	4.371	60
Set/19	345,050	4.371	60
Out/19	362,790	4.371	60
Nov/19	341,380	4.371	60
Dez/19	371,190	4.371	60
Jan/20	391,530	4.371	60
Fev/20	328,250	4.371	60
Mar/20	351,430	4.371	60
Abr/20	330,900	4.371	60
Mai/20	348,860	4.371	60
Jun/20	380,110	4.371	60
Jul/20 Até 14/07/2020	176,530	2.185,5	60

Assinado por 1 pessoa: VANESSA PEREIRA FIRMO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saojosedonorte.1doc.com.br/verificacao/8762-4A0D-E987-EB60> e informe o código 8762-4A0D-E987-EB60

A autenticidade deste registro pode ser confirmada no site  
Atestado registrado do Crea-RS, link Cidades, Consultas, Atestado Registrado.  
Informe o nº do selo de segurança ao lado ou pelo QR Code  
presente ao final deste documento.

**CREA-RS**  
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura



Selo de segurança nº 227598



[Digite aqui]

Rua Edgardo Pereira Velho, 635 - Bairro Tamandaré  
smou@saojosedonorte.rs.gov.br / [www.saojosedonorte.rs.gov.br](http://www.saojosedonorte.rs.gov.br)  
Fone/Fax: (53) 3238.1771 - 3238.1899 - São José do Norte - RS



33





**Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS**  
**Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**

9.2.Engenheiro Civil Thiago Pradella: Prestação dos serviços de coleta de resíduos domésticos e comerciais (incluindo a coleta, fornecimento, manutenção, substituição e higienização de 60 contêineres em PEAD com capacidade de 1.000 litros cada, passando a 65 contêineres, a partir de fev/22 e posteriormente a 85 contêineres, a partir de fev/23 e o monitoramento da frota através de sistema de rastreamento veicular), sendo o volume estimado mensal de 370 toneladas, 4.371 quilômetros e 60/65/85 contêineres. Totais executados de 15/07/2019 à 31/03/2024, 21.451,680 toneladas, 246.961,50 quilômetros e 3.830 contêineres, conforme tabelas abaixo:

Coleta de RSU			
Mês/Ano	Quantidade (T)	Quilometragem (Km)	Contêineres por Mês (unid.)
Jul/19	198,060	2.185,5	60
A partir de 15/07/2019			
Ago/19	326,960	4.371	60
Set/19	345,050	4.371	60
Out/19	362,790	4.371	60
Nov/19	341,380	4.371	60
Dez/19	371,190	4.371	60
Jan/20	391,530	4.371	60
Fev/20	328,250	4.371	60
Mar/20	351,430	4.371	60
Abr/20	330,900	4.371	60
Mai/20	348,860	4.371	60
Jun/20	380,110	4.371	60
Jul/20	403,500	4.371	60
Ago/20	347,190	4.371	60
Set/20	341,990	4.371	60
Out/20	376,940	4.371	60
Nov/20	352,800	4.371	60
Dez/20	408,170	4.371	60
Jan/21	380,380	4.371	60
Fev/21	392,130	4.371	60
Mar/21	393,060	4.371	60
Abr/21	369,630	4.371	60

Assinado por 1 pessoa: VANESSA PEREIRA FRIMO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saosjosedonorte.1doc.com.br/verificacao/8762-4A0D-E987-EB60> e informe o código 8762-4A0D-E987-EB60

A autenticidade deste registro pode ser confirmada no site  
Atestado registrado do Crea-RS, link Cidades, Consultas, Atestado Registrado,  
Informe o nº do selo de segurança ao lado ou pelo QR Code  
presente ao final deste documento.



Selo de segurança nº 227599

Atestado registrado  
no CREA-RS



Rua Edgardo Pereira Velho, 635 - Bairro Tamandaré  
smou@saojosedonorte.rs.gov.br / [www.saojosedonorte.rs.gov.br](http://www.saojosedonorte.rs.gov.br)  
Fone/Fax: (53) 3238.1771 - 3238.1899 - São José do Norte -

[Digite aqui]



Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS  
Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo

Mai/21	369,420	4.371	60
Jun/21	374,470	4.371	60
Jul/21	401,750	4.371	60
Ago/21	374,200	4.371	60
Set/21	401,820	4.371	60
Out/21	365,090	4.371	60
Nov/21	356,020	4.371	60
Dez/21	381,450	4.371	60
Jan/22	373,730	4.371	60
Fev/22	341,050	4.371	65
Mar/22	351,560	4.371	65
Abr/22	346,830	4.371	65
Mai/22	358,890	4.371	65
Jun/22	356,640	4.371	65
Jul/22	374,120	4.371	65
Ago/22	396,050	4.371	65
Set/22	340,050	4.371	65
Out/22	366,890	4.371	65
Nov/22	373,860	4.371	65
Dez/22	394,210	4.371	65
Jan/23	384,020	4.371	65
Fev/23	347,930	4.371	85
Mar/23	381,890	4.371	85
Abr/23	361,510	4.371	85
Mai/23	429,720	4.371	85
Jun/23	401,180	4.371	85
Jul/23	438,370	4.371	85
Ago/23	424,550	4.371	85
Set/23	419,010	4.371	85
Out/23	421,850	4.371	85
Nov/23	414,490	4.371	85
Dez/23	500,530	4.371	85
Jan/24	451,300	4.371	85
Fev/24	433,490	4.371	85
Mar/24	401,440	4.371	85

Assinado por 1 pessoa: VANESSA PEREIRA FIRMO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saojosedonorte.1doc.com.br/verificacao/B762-4A00-E987-EB60> e informe o código B762-4A00-E987-EB60

Rua Edgardo Pereira Velho, 635 - Bairro Tamandaré  
smou@saojosedonorte.rs.gov.br / [www.saojosedonorte.rs.gov.br](http://www.saojosedonorte.rs.gov.br)  
Fone/Fax: (53) 3238.1771 - 3238.1899 - São José do Norte -

[Digite aqui]



Selo de segurança nº 227600

A autenticidade deste registro pode ser confirmada no site  
do Crea-RS, link Cidadão, Consultas, Atestado Registrado.  
Informe o nº do selo de segurança ao lado ou pelo QR Code  
presente ao final deste documento.

Atestado registrado  
no CREA-RS



35





**Prefeitura Municipal de São José do Norte - RS**  
**Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**

10. Período de participação nos serviços: Período de Execução 15/07/2019 a 10/07/2024 - em andamento,

São José do Norte, 15 de abril de 2024.

**MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE**

**Vanessa Pereira Firmo**

**Secretária Municipal**

**Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo - SMOU**

**CPF: 001.582.860-30**

Assinado por 1 pessoa: VANESSA PEREIRA FIRMO  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://saojosedonorte.1doc.com.br/verificacao/8762-4A0D-E987-EB60> e informe o código 8762-4A0D-E987-EB60

[Digite aqui]

Rua Edgardo Pereira Velho, 635 - Bairro Tamandaré  
[smou@saojosedonorte.rs.gov.br](mailto:smou@saojosedonorte.rs.gov.br) / [www.saojosedonorte.rs.gov.br](http://www.saojosedonorte.rs.gov.br)  
Fone/Fax: (53) 3238.1771 - 3238.1899 - São José do Norte -



A autenticidade deste registro pode ser confirmada no site  
Atestado registrado do Crea-RS, link Cidadão, Consultas, Atestado Registrado.  
Informe o nº do selo de segurança ao lado ou pelo QR Code  
presente ao final deste documento.

Selo de segurança nº 227601

Atestado registrado  
no CREA-RS



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B762-4A0D-E987-EB60

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ VANESSA PEREIRA FIRMO (CPF 001.XXX.XXX-30) em 15/04/2024 16:52:52 (GMT-03:00)  
Papel: Assinante  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojosedonorte.1doc.com.br/verificacao/B762-4A0D-E987-EB60>

A autenticidade deste registro pode ser confirmada no site  
do Crea-RS, link Cidadão. Consultas, Atestado Registrado.  
Informe o nº do selo de segurança ao lado ou pelo QR Code  
presente ao final deste documento.

Atestado registrado  
no CREA-RS



Selo de segurança nº 227602

498

82

(37)

2

2

2

2



499  
83

**Atenção:**

A autenticidade deste registro pode ser confirmada:

- a) pelo QR Code abaixo;
- b) ou no site do Crea-RS, link Sociedade, Consultas, Atestado Registrado, informando o nº do selo de segurança;
- c) ou ainda clicando no link abaixo:

<https://servicos.crea-rs.org.br/ServicosPrd/servlet/com.servicos.srv.wbpsrvatestadocatres>

Este atestado registrado pelo Crea-RS é válido se acompanhado da respectiva "CAT com registro de atestado". Verificar na CAT a numeração do(s) selo(s) de segurança.

QR Code:

Para visualizar o arquivo, utilize um app leitor de QR Code no seu smartphone.



*[Handwritten signature]*



CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - Crea-RS, o Acervo Técnico do profissional **THIAGO PRADELLA** referente às Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, abaixo discriminadas:

Profissional **THIAGO PRADELLA**  
Registro: **RS145945**  
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 2201373507

1 / 15

Número de ART: **10638597** Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 11/02/2020 Baixada em: / /  
Forma de Registro: Participação técnica: Individual/Principal  
Empresa Contratada: **BRISA TRANSPORTES LTDA.**  
Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE** CPF/CNPJ: 88568902000170  
Rua: **INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO** Nº: 635  
Complemento: Bairro: **TAMANDARÉ**  
Cidade: **São José do Norte** UF: **RS** CEP: 96225000  
Contrato: Celebrado em: Tipo de Contratante: Vinculado à ART:  
Valor do Contrato: **R\$ 1.036.202,52**  
Ação Institucional:  
Observação:  
Endereço da obra/Serviço: **CONFORME RESUMO DO CONTRATO**  
Complemento:  
Cidade: **SÃO JOSÉ DO NORTE** Nº: 635  
Data de Início: 15/07/2019 Conclusão efetiva: / /  
Finalidade: **OUTRAS FINALIDADES**  
Proprietário: **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE**  
Atividade Técnica: Descrição da Obra/Serviço: MPOG:  
0. EXECUÇÃO COLETA DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS / CPF/CNPJ: 88568902000170  
1. OBSERVAÇÕES CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 063/2019 Quant: 1,00 Und: ano  
2. EXECUÇÃO COLETA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS / 4.440,00 t

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:  
Endereço da Obra/Serviço:  
Endereço de Coleta/Transporte: **Diversas Ruas e Avenidas do Município de São José do Norte;**  
Endereço da Estação de Transbordo: **Beco do Retiro, S/N, zona rural - São José do Norte;**  
Endereço de destinação final: **Aterro sanitário Metade Sul interior da Mina da Companhia**  
**Riograndense de Mineração - CRM - Avenida 24 de Março, 850 Vila Diário Lassence,**  
**Candiota-RS.**

2 / 15

Número de ART: **10866739** Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 06/08/2020 Baixada em: / /  
Forma de Registro: Participação técnica: Individual/Principal  
Empresa Contratada: **BRISA TRANSPORTES LTDA.**  
Contratante: **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE** CPF/CNPJ: 88568902000170  
Rua: **INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO** Nº: 635  
Complemento: Bairro: **TAMANDARÉ**  
Cidade: **São José do Norte** UF: **RS** CEP: 96225000  
Contrato: Celebrado em: Tipo de Contratante: Vinculado à ART:  
Valor do Contrato: **R\$ 1.105.512,60**  
Ação Institucional:  
Observação:  
Endereço da obra/Serviço: **CONFORME RESUMO DO CONTRATO**  
Complemento:  
Cidade: **SÃO JOSÉ DO NORTE** Nº: 635  
Data de Início: 11/07/2020 Conclusão efetiva: / /  
Coordenadas Geográficas:





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Atividade Técnica:

0 - EXECUÇÃO

1 - OBSERVAÇÕES

2 - EXECUÇÃO

3 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS

CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 01

COLETA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS

REF. 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO - 11/07/2020 A 10/07/2021

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

Endereço da Obra/Serviço:

Endereço de Coleta/Transporte: Diversas Ruas e Avenidas do Município de São José do Norte;

Endereço da Estação de Transbordo: Beco do Retiro, S/N, zona rural - São José do Norte;

Endereço de destinação final: Aterro sanitário Metade Sul interior da Mina da Companhia

Riograndense da Mineração - CRM - Avenida 24 de Março, 850 Vila Diário Lassence,

Candiota-RS.

3 / 15

Número de ART: 11606491

Forma de Registro:

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Cidade: São José do Norte

Contrato:

Valor do Contrato: R\$ 1.105.532,72

Ação Institucional:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Data de Início: 11/07/2021 Conclusão efetiva: / /

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Atividade Técnica:

0 - EXECUÇÃO

1 - EXECUÇÃO

2 - EXECUÇÃO

3 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 02

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

4 / 15

Número de ART: 11669478

Forma de Registro:

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Cidade: São José do Norte

Contrato:

Valor do Contrato: R\$ 1.263.090,00

Ação Institucional:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Data de Início: 11/07/2021 Conclusão efetiva: / /

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Código:

MPOG:

CPF/CNPJ: 88568902000170

Quant:

1,00

Und:

ano

4.260,00

t

Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 24/11/2021

Participação técnica: Individual/Principal

Baixada em: / /

CPF/CNPJ: 88568902000170

Nº:

635

Bairro: TAMANDARÉ

UF: RS

CEP: 96225000

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Bairro:

UF: RS

CEP: 96225000

Coordenadas Geográficas:

Código:

Nº: 0

MPOG:

CPF/CNPJ: 88568902000170

Quant:

1,00

Und:

ano

355,00

t

4.371,00

km

CPF/CNPJ: 88568902000170

Nº:

635

Bairro: TAMANDARÉ

UF: RS

CEP: 96225000

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Bairro:

UF: RS

CEP: 96225000

Coordenadas Geográficas:

Código:

Nº: 0

MPOG:

CPF/CNPJ: 88568902000170

40





Atividade Técnica:

- 0 - EXECUÇÃO
- 1 - EXECUÇÃO
- 2 - EXECUÇÃO
- 3 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS  
QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA  
QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA  
CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 03

Quant:

1,00  
355,00  
4.371,00

Und:

ano  
t  
km

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

5 / 15

Número de ART: 11717179

Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 28/01/2022

Baixada em: / /

Forma de Registro:

Participação técnica: Individual/Principal

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

CPF/CNPJ: 88568902000170

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Bairro: TAMANDARÉ

Nº: 635

Cidade: São José do Norte

UF: RS

CEP: 96225000

Contrato:

Celebrado em:

Valor do Contrato: R\$ 3.131,10

Ação Institucional:

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Bairro:

Nº: 0

UF: RS

CEP: 96225000

Data de Início: 26/01/2022 Conclusão efetiva: / /

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Coordenadas Geográficas:

Código:

MPOG:

CPF/CNPJ: 88568902000170

Atividade Técnica:

- 0 - EXECUÇÃO
- 1 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

AMPLIANDO DE 60 PARA 65 CONTÊINERES POR MÊS  
CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 04

Quant:

65,00

Und:

Un

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

6 / 15

Número de ART: 12034987

Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 26/07/2022

Baixada em: / /

Forma de Registro:

Participação técnica: Individual/Principal

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

CPF/CNPJ: 88568902000170

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Bairro: TAMANDARÉ

Nº: 635

Cidade: São José do Norte

UF: RS

CEP: 96225000

Contrato:

Celebrado em:

Valor do Contrato: R\$ 29.589,75

Ação Institucional:

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Bairro:

Nº: 0

UF: RS

CEP: 96225000

Data de Início: 11/03/2022 Conclusão efetiva: / /

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Coordenadas Geográficas:

Código:

MPOG:

CPF/CNPJ: 88568902000170

Atividade Técnica:

- 0 - EXECUÇÃO
- 1 - EXECUÇÃO
- 2 - EXECUÇÃO
- 3 - EXECUÇÃO
- 4 - OBSERVAÇÕES
- 5 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS  
QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA  
QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA  
COLETA E HIGIENIZAÇÃO DE CONTÊINERES POR MÊS  
CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 05  
DATA PREVISÃO DE FIM: 10/07/2022

Quant:

0,33  
365,00  
4.371,00  
65,00

Und:

ano  
t  
km  
Un

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

43





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

7 / 15

Número de ART: 12039325

Forma de Registro:

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Cidade: São José do Norte

Contrato:

Valor do Contrato: R\$ 1.340.367,60

Ação Institucional:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Data de Início: 11/07/2022 Conclusão efetiva: / /

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Atividade Técnica:

0 - EXECUÇÃO

1 - EXECUÇÃO

2 - EXECUÇÃO

3 - EXECUÇÃO

4 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

CONTÊINERES POR MÊS

CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 06

CPF/CNPJ: 88568902000170

Bairro: TAMANDARÉ

UF: RS

CEP: 96225000

Nº:

635

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Bairro:

UF: RS

CEP: 96225000

Nº: 0

Coordenadas Geográficas:

Código:

MPOG:

CPF/CNPJ: 88568902000170

Quant:

Und:

1,00

ano

365,00

t

4.371,00

km

65,00

Un

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

8 / 15

Número de ART: 13127158

Forma de Registro:

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Cidade: São José do Norte

Contrato:

Valor do Contrato: R\$ 25.518,75

Ação Institucional:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Data de Início: 01/01/2023 Conclusão efetiva: / /

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Atividade Técnica:

0 - EXECUÇÃO

1 - EXECUÇÃO

2 - EXECUÇÃO

3 - EXECUÇÃO

4 - OBSERVAÇÕES

5 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

CONTÊINER/MÊS (FORNECIMENTO, COLETA, HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO)

CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 08

DATA PREVISÃO DE FIM: 31/03/2023

CPF/CNPJ: 88568902000170

Bairro: TAMANDARÉ

UF: RS

CEP: 96225000

Nº:

635

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Bairro:

UF: RS

CEP: 96225000

Nº: 0

Coordenadas Geográficas:

Código:

MPOG:

CPF/CNPJ: 88568902000170

Quant:

Und:

0,25

ano

390,00

t

4.371,00

km

85,00

Un

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

9 / 15

Número de ART: 12662099

Forma de Registro:

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 11/07/2023

Participação técnica: Individual/Principal

Baixada em: / /

42





Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE  
Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO  
Complemento:  
Cidade: São José do Norte

Contrato:  
Valor do Contrato: R\$ 74.963,70  
Ação Institucional:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO  
Complemento:  
Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Data de Início: 25/01/2023 Conclusão efetiva: / /

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Atividade Técnica:

0 - EXECUÇÃO

1 - EXECUÇÃO

2 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA, HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONTEINERES DE 1000L

INCLUSÃO DE MAIS 20 UNIDADES TOTALIZANDO 85 UNID./MÊS

CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 07

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

10 / 15

Número de ART: 13127204

Forma de Registro:

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Cidade: São José do Norte

Contrato:

Valor do Contrato: R\$ 40.830,00

Ação Institucional:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Data de Início: 01/07/2023 Conclusão efetiva: / /

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Atividade Técnica:

0 - EXECUÇÃO

1 - EXECUÇÃO

2 - EXECUÇÃO

3 - EXECUÇÃO

4 - OBSERVAÇÕES

5 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

CONTÊINER/MÊS (FORNECIMENTO, COLETA, HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO)

CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 10

DATA PREVISÃO DE FIM: 30/09/2023

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

11 / 15

Número de ART: 13127236

Forma de Registro:

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Cidade: São José do Norte

Contrato:

Valor do Contrato: R\$ 11.354,14

Ação Institucional:

Tipo de ART: Obra ou Serviço

Participação técnica: Individual/Principal

Registrada em: 15/04/2024

Baixada em: / /

CPF/CNPJ: 88568902000170

Bairro: TAMANDARÉ

UF: RS

CEP: 96225000

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

CPF/CNPJ: 88568902000170

Bairro: TAMANDARÉ

UF: RS

CEP: 96225000

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Bairro:

UF: RS

CEP: 96225000

Coordenadas Geográficas:

Código:

MPOG:

CPF/CNPJ: 88568902000170

Quant:

0,46

20,00

Und:

ano

Un

Nº:

635

Nº: 0

Nº: 0

Nº:

635

Und:

ano

t

km

Un





**Observação:**

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Bairro:

Nº: 0

UF: RS

CEP: 96225000

Coordenadas Geográficas:

Código:

MPOG:

CPF/CNPJ: 88568902000170

Atividade Técnica:

Descrição da Obra/Serviço:

0 - EXECUÇÃO

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS

1 - EXECUÇÃO

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

2 - EXECUÇÃO

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

3 - EXECUÇÃO

CONTÊINER/MÊS (FORNECIMENTO, COLETA, HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO)

4 - OBSERVAÇÕES

CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 11

5 - OBSERVAÇÕES

DATA PREVISÃO DE FIM: 31/07/2023

Quant:

Und:

0,08

ano

438,37

t

4.371,00

km

85,00

Un

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

12 / 15

Número de ART: 13127312

Tipo de ART: Obra ou Serviço

Registrada em: 15/04/2024

Baixada em: / /

Forma de Registro:

Participação técnica: Individual/Principal

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Cidade: São José do Norte

CPF/CNPJ: 88568902000170

Nº:

635

Contrato:

Bairro: TAMANDARÉ

UF: RS

CEP: 96225000

Valor do Contrato: R\$ 94.608,00

Celebrado em:

Ação Institucional:

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

**Observação:**

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Bairro:

Nº: 0

UF: RS

CEP: 96225000

Coordenadas Geográficas:

Código:

MPOG:

CPF/CNPJ: 88568902000170

Atividade Técnica:

Descrição da Obra/Serviço:

0 - EXECUÇÃO

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS

1 - EXECUÇÃO

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

2 - EXECUÇÃO

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

3 - EXECUÇÃO

CONTÊINER/MÊS (FORNECIMENTO, COLETA, HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO)

4 - OBSERVAÇÕES

CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 13

Quant:

Und:

1,00

ano

450,00

t

4.371,00

km

85,00

Un

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

13 / 15

Número de ART: 12690541

Tipo de ART: Prestação de Serviço Registrada em: 26/07/2023

Baixada em: / /

Forma de Registro:

Participação técnica: Individual/Principal

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Cidade: São José do Norte

CPF/CNPJ: 88568902000170

Nº:

635

Contrato:

Bairro: TAMANDARÉ

UF: RS

CEP: 96225000

Valor do Contrato: R\$ 1.490.295,00

Celebrado em:

Ação Institucional:

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

**Observação:**

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Bairro:

Nº: 0

UF: RS

CEP: 96225000

Coordenadas Geográficas:

Data de Início: 11/07/2023 Conclusão efetiva: / /

44





Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Código:

Atividade Técnica:

0 - EXECUÇÃO

1 - EXECUÇÃO

2 - EXECUÇÃO

3 - EXECUÇÃO

4 - EXECUÇÃO

5 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

COLETA, HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONTEINERES DE 1000L

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

CONTRATO Nº. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 9

CPF/CNPJ: 88568902000170

MPOG:

Quant:

1,00

365,00

4.371,00

1,00

85,00

Und:

ano

t

km

ano

Un

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

14 / 15

Número de ART: 13127281

Forma de Registro:

Tipo de ART: Obra ou Serviço

Registrada em: 15/04/2024

Baixada em: / /

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Participação técnica: Individual/Principal

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Cidade: São José do Norte

CPF/CNPJ: 88568902000170

Contrato:

Valor do Contrato: R\$ 318.133,75

Ação Institucional:

Celebrado em:

Bairro: TAMANDARÉ

UF: RS

CEP: 96225000

Nº:

635

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Bairro:

UF: RS

CEP: 96225000

Nº: 0

Data de Início: 30/08/2023 Conclusão efetiva: / /

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Atividade Técnica:

0 - EXECUÇÃO

1 - EXECUÇÃO

2 - EXECUÇÃO

3 - EXECUÇÃO

4 - OBSERVAÇÕES

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

CONTÊINER/MÊS (FORNECIMENTO, COLETA, HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO)

CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 12

CPF/CNPJ: 88568902000170

MPOG:

Quant:

0,92

450,00

4.371,00

85,00

Und:

ano

t

km

Un

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

15 / 15

Número de ART: 13127345

Forma de Registro:

Tipo de ART: Obra ou Serviço

Registrada em: 15/04/2024

Baixada em: / /

Empresa Contratada: BRISA TRANSPORTES LTDA.

Participação técnica: Individual/Principal

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Rua: INDETERMINADO RUA DR. EDGARDO PEREIRA VELHO

Complemento:

Cidade: São José do Norte

CPF/CNPJ: 88568902000170

Contrato:

Valor do Contrato: R\$ 63.126,00

Ação Institucional:

Celebrado em:

Bairro: TAMANDARÉ

UF: RS

CEP: 96225000

Nº:

635

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO

Complemento:

Cidade: SÃO JOSÉ DO NORTE

Bairro:

UF: RS

CEP: 96225000

Nº: 0

Data de Início: 06/02/2024 Conclusão efetiva: / /

Finalidade: OUTRAS FINALIDADES

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Atividade Técnica:

0 - EXECUÇÃO

1 - EXECUÇÃO

Descrição da Obra/Serviço:

COLETA RESÍDUOS DOMÉSTICOS E COMERCIAIS

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

CPF/CNPJ: 88568902000170

MPOG:

Quant:

0,42

450,00

Und:

ano

t

45





Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA - RS**

Página. 8 <sup>67</sup>  
CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

**2075996** <sup>91</sup>

ATIVIDADE EM ANDAMENTO

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

2 - EXECUÇÃO

3 - EXECUÇÃO

4 - OBSERVAÇÕES

QUANTIDADES PARA UM MÊS DE REFERÊNCIA

CONTÊINER/MÊS (FORNECIMENTO, COLETA, HIGIENIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

CONTRATO NO. 063/2019 - REFERENTE ADITIVO 14

4.371,00

km

85,00

Un

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

Observações

Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-RS sob número: 2024044771

2075996

, está registrado com as CAT's número(s):

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 227597 a 227602 o atestado contendo 6 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 2075996

16 de Abril

de 2024

Hora: 15:21:20

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-RS ([www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)), em Acesso Rápido - Consulta a autenticidade de uma CAT emitida pelo Crea-RS (caminho atualizado em janeiro de 2020). Informe o nº desta CAT para abertura do documento no formato PDF.

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o profissional estiver vinculado à essa pessoa jurídica.

A CAT perderá a validade no caso de substituição ou anulação de alguma ART nela constante.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A CAT é válida em todo o território nacional.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Rua: São Luís, 77, Porto Alegre, RS, CEP 90620-170 - [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)



**CREA-RS**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
do Rio Grande do Sul

(46)

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*



Estado do Rio Grande do Sul  
Poder Executivo do Município de Torres  
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo  
Rua José Antônio Picoral, nº 79, Centro, Torres/RS, CEP: 95.560-000  
Fone/Fax: (51) 3526 9150 – site oficial: [www.torres.rs.gov.br](http://www.torres.rs.gov.br)

### ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

Atestamos que os profissionais, Engenheira Sanitarista e Ambiental, Engenheira Civil Karine Luiza Piacentini, inscrita no CREA/SC sob nº. 754.703, na qualidade de Responsável Técnico, e o Engenheiro Civil Thiago Pradella, inscrito no CREA/RS sob nº. 145.945, na qualidade de Responsável Técnico, ambos pela empresa Brisa Transportes Eireli, foi contratada pelo Município de Torres/RS para a realização dos serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

#### DADOS DO SERVIÇO TÉCNICO

1. Contrato nº.: 190/2018
2. Objeto do Contrato: Execução de Serviços de Coleta e Transportes de Resíduos Sólidos Domiciliares, Comerciais e Animais Mortos, do Município de Torres, com Monitoramento da Frota através de Sistema de Rastreamento Veicular.
3. Endereço da Obra/Serviço:
  - 3.1. Endereço de coleta/transporte de resíduos: Diversas Ruas e Avenidas do Município de Torres/RS.
  - 3.2. Endereço da Estação de Transbordo: Localidade Retiro – Frente ao Travessão da Figueira, 1º. Distrito, Município de Torres/RS.
  - 3.3. Endereço de Destinação Final dos Resíduos: Rodovia BR 101, s/ Nº., Poço 08, Km 389, Município de Içara/SC.
4. Empresa Contratada: Brisa Transportes Eireli, CNPJ nº. 94.107.919/0001-22, Avenida João de Magalhães, nº 3145, Bairro Humaitá, Tramandaí, RS, CREA/RS nº. 89.819.
5. Contratante: Prefeitura Municipal de Torres/RS – CNPJ 87.876.801/0001-01 – Rua José Antônio Picoral, 79 – Centro – Torres/RS.
6. Proprietário: Prefeitura Municipal de Torres/RS – CNPJ 87.876.801/0001-01 – Rua José Antônio Picoral, 79 – Centro – Torres/RS.
7. ART's:
  - 7.1. Engenheira Sanitarista e Ambiental, Engenheira Civil Karine Luiza Piacentini: ART's nº. 10443097 e 10588257.
  - 7.2. Engenheiro Civil Thiago Pradella: ART nº. 10447382.
8. Responsáveis Técnicos:
  - 8.1. Engenheira Sanitarista e Ambiental, Engenheira Civil Karine Luiza Piacentini: CREA/SC nº. 754.703, RNP Nº. 2500190200, Período de participação nos serviços 01/08/2018 a 31/07/2020.
  - 8.2. Engenheiro Civil Thiago Pradella: CREA/RS nº. 145.945, RNP Nº. 2201373507, Período de participação nos serviços 20/03/2019 a 31/07/2019.



A autenticidade deste registro pode ser confirmada no site  
Atestado registrado do Crea-RS, link Cidades, Consultas. Atestado Registrado.  
Informe o nº do selo de segurança colado ou pelo QR Code  
presente ao final deste documento.

Atestado registrado  
no CREA-RS







Estado do Rio Grande do Sul  
Poder Executivo do Município de Torres  
Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo  
Rua José Antônio Picorai, nº 79, Centro, Torres/RS, CEP: 95.560-000  
Fone/Fax: (51) 3526 9150 – site oficial: www.torres.rs.gov.br

**9. Atividades executadas sob a sua responsabilidade técnica:**

**9.1. Engenheira Sanitarista e Ambiental, Engenheira Civil Karine Luiza Piacentini:** Serviços de Coleta e Transportes de Resíduos Sólidos Domiciliares, Comerciais e Animais Mortos, com Monitoramento da Frota através de Sistema de Rastreamento Veicular, por intermédio de 03 (três) caminhões coletores compactadores com capacidade de 15m³, para a BAIXA TEMPORADA – 9 (nove) meses e através de 06 (seis) caminhões coletores compactadores com capacidade de 15m³, para a ALTA TEMPORADA – 3 (três) meses, totalizando 29.700,000 toneladas no período de 01/08/2018 à 31/07/2020.

**9.2. Engenheiro Civil Thiago Pradella:** Serviços de Coleta e Transportes de Resíduos Sólidos Domiciliares, Comerciais e Animais Mortos, com Monitoramento da Frota através de Sistema de Rastreamento Veicular, por intermédio de 03 (três) caminhões coletores compactadores com capacidade de 15m³, para a BAIXA TEMPORADA – 9 (nove) meses e através de 06 (seis) caminhões coletores compactadores com capacidade de 15m³, para a ALTA TEMPORADA – 3 (três) meses, totalizando 4.900,000 toneladas no período de 20/03/2019 à 31/07/2019.

**10. Período de participação nos serviços:** Período de Execução: 01/08/2018 a 31/07/2020 (concluído).

Torres, 07 de dezembro de 2021.

MUNICÍPIO DE TORRES  
Júlio Agápio da Silva  
Secretário do Meio Ambiente e Urbanismo – SMAURB  
Portaria nº 120/2018



Selo de segurança nº 208097

A autenticidade deste registro pode ser confirmada no site  
do Crea-RS, link Cidadão, Consultas, Atestado Registrado.  
Informe o nº do selo de segurança ao lado ou pelo QR Code  
presente ao final deste documento.

Atestado registrado  
no CREA-RS



50  
94**Atenção:**

A autenticidade deste registro pode ser confirmada:

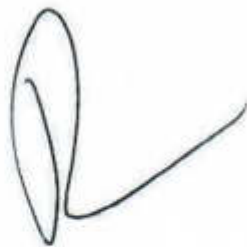
- a) pelo QR Code abaixo;
- b) ou no site do Crea-RS, link Cidadão, Consultas, Atestado Registrado, informando o nº do selo de segurança;
- c) ou ainda clicando no link abaixo:

<http://servicos.crea-rs.org.br/ServicosPrd/servlet/com.servicos.srv.wbpsrvatestadocatres>

Este atestado registrado pelo Crea-RS é válido se acompanhado da respectiva "CAT com registro de atestado". Verificar na CAT a numeração do(s) selo(s) de segurança.

**QR Code:**

Para visualizar o arquivo, utilize um app leitor de QR Code no seu smartphone.



49

P 4





Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA - RS

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1915357

ATIVIDADE CONCLUÍDA

Página. 1

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - Crea-RS, o Acervo Técnico do profissional **KARINE LUIZA PIACENTINI** referente às Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, abaixo discriminadas:

Profissional **KARINE LUIZA PIACENTINI**  
Registro: **SC754703**  
RNP: 2500190200  
Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL, ENGENHEIRO SANITARISTA E AMBIENTAL**

1 / 2  
Número de ART: **10443097** Tipo de ART: **Prestação de Serviço Registrada em: 11/10/2019** Baixada em: **31/07/2020**  
Forma de Registro: **Participação técnica: Individual/Principal**  
Empresa Contratada: **BRISA TRANSPORTES EIRELI ME** CPF/CNPJ: **87876801000101** Nº: **79**  
Contratante: **MUNICÍPIO DE TORRES**  
Rua: **RUA JOSÉ ANTONIO PICORAL**  
Complemento:  
Cidade: **Torres**  
Bairro: **CENTRO**  
UF: **RS** CEP: **95560000**  
Contrato: **Celebrado em:**  
Valor do Contrato: **R\$ 1.702.892,40**  
Ação Institucional: **Vinculado à ART:**

Observação:  
Endereço da obra/Serviço: **CONFORME RESUMO DO CONTRATO**  
Complemento:  
Cidade: **TORRES**

Data de Início: **01/08/2018** Conclusão efetiva: **31/07/2020**  
Finalidade: **AMBIENTAL**  
Proprietário: **MUNICÍPIO DE TORRES**

Atividade Técnica: Descrição da Obra/Serviço:

- 0 - EXECUÇÃO
- 1 - EXECUÇÃO
- 2 - EXECUÇÃO

COLETA/TRANSP. RES. SÓLIDOS DOMIC., COMERC. E ANIMAIS MORTOS  
COLETA - 1.050,00 TONELADAS X 9 MESES + 1.800,00 X 3 MESES  
CONTRATO Nº 190/2018 - REFERENTE AO CONTRATO.

MPOG:

CPF/CNPJ: 87876801000101

Quant:

Und:

14.850,00  
14.850,00  
14.850,00

t  
t  
t

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

Endereço da obra/serviço:

Endereço da estação de transbordo: **Localidade Retiro - Frente ao Travessão da Figueira,**

**1º Distrito, Município de Torres-RS**

Endereço de destinação final dos resíduos: **Rodovia BR101, s/nº, poço 08, Km 389**

**Município de Içara-SC.**

2 / 2

Número de ART: **10588257** Tipo de ART: **Prestação de Serviço Registrada em: 10/01/2020** Baixada em: **31/07/2020**  
Forma de Registro: **Participação técnica: Individual/Principal**

Empresa Contratada: **BRISA TRANSPORTES EIRELI ME**

Contratante: **MUNICÍPIO DE TORRES**

Rua: **RUA JOSÉ ANTONIO PICORAL**

Complemento:

Cidade: **Torres**

Contrato:

Valor do Contrato: **R\$ 1.812.070,45**

Ação Institucional:

Observação:

Endereço da obra/Serviço: **RUA DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO**

Complemento:

Cidade: **TORRES**

Data de Início: **01/08/2019** Conclusão efetiva: **31/07/2020**

Finalidade: **AMBIENTAL**

Proprietário: **MUNICÍPIO DE TORRES**

CPF/CNPJ: 87876801000101

Nº:

79

Bairro: **CENTRO**

UF: **RS**

CEP: **95560000**

Tipo de Contratante:

Vinculado à ART:

Bairro:

UF: **RS**

CEP: **0**

Coordenadas Geográficas:

Código:

MPOG:

CPF/CNPJ: 87876801000101

(50)



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA - RS

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1915357

ATIVIDADE CONCLUÍDA

Página. 2 510

96

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Atividade Técnica:	Descrição da Obra/Serviço:	Quant:	Und:
0 - EXECUÇÃO	COLETA/TRANSP. RES. SÓLIDOS DOMIC., COMERC. E ANIMAIS MORTOS	14.850,00	t
1 - EXECUÇÃO	COLETA = 1.050,00 TONELADAS X 9 MESES + 1.800,00 X 3 MESES	14.850,00	t
2 - EXECUÇÃO	CONTRATO Nº 190/2018 - REFERENTE AO ADITIVO 01	14.850,00	t

Descrição Complementar/Resumo do Contrato:

Observações

Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-RS sob número: 2021042735

, está registrado com as CAT's número(s):

1915357 1915360

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 208096 a 208097 o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 1915357

16 de Dezembro de 2021 Hora: 9:59:14

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-RS ([www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)), em Acesso Rápido - Consulta a autenticidade de uma CAT emitida pelo Crea-RS (caminho atualizado em janeiro de 2020). Informe o nº desta CAT para abertura do documento no formato PDF.

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o profissional estiver vinculado à essa pessoa jurídica.

A CAT perderá a validade no caso de substituição ou anulação de alguma ART nela constante.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A CAT é válida em todo o território nacional.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

Rua: São Luís, 77, Porto Alegre, RS, CEP 90620-170 - [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)



CREA-RS  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
do Rio Grande do Sul

51

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*





Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA - RS

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

1915360

ATIVIDADE CONCLUÍDA

Página. 1 613

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul - Crea-RS, o Acervo Técnico do profissional **THIAGO PRADELLA** referente às Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs, abaixo discriminadas:

Profissional **THIAGO PRADELLA**

Registro: **RS145945**

RNP: 2201373507

Título Profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

1 / 1 -----  
Número de ART: **10447382** Tipo de ART: **Prestação de Serviço Registrada em: 14/10/2019** Baixada em: **31/07/2019**  
Forma de Registro: Participação técnica: **Equipe**  
Empresa Contratada: **BRISA TRANSPORTES EIRELI ME** CPF/CNPJ: **87.876.801/0001-01** Nº: **79**  
Contratante: **MUNICÍPIO DE TORRES** CEP: **95560000**  
Rua: **Rua JOSÉ ANTONIO PICORAL** Bairro: **CENTRO**  
Complemento: UF: **RS** CEP: **95560000**  
Cidade: **Torres** Tipo de Contratante: **Vinculado à ART:**  
Contrato: Celebrado em: **Nº: 0**  
Valor do Contrato: **R\$ 1.702.892,40**  
Ação Institucional: **Observação:**  
Endereço da obra/Serviço: **RUA CONFORME RESUMO DO CONTRATO**  
Complemento: **Bairro: CENTRO**  
Cidade: **TORRES** UF: **RS** CEP: **95560000**  
Data de Início: **20/03/2019** Conclusão efetiva: **31/07/2019** Coordenadas Geográficas: **MPOG:**  
Finalidade: **OUTRAS FINALIDADES** Código: **CPF/CNPJ: 87876801000101**  
Proprietário: **MUNICÍPIO DE TORRES** Quant: **4.900,00** Und: **t**  
Atividade Técnica: Descrição da Obra/Serviço:  
0 - EXECUÇÃO **COLETA/TRANSP. RES. SÓLIDOS DOMIC. COMER. E ANIMAIS MORTOS**  
1 - OBSERVAÇÕES **CONTRATO N. 190/2018**  
Descrição Complementar/Resumo do Contrato:  
Endereço da obra/serviço:  
Endereço da estação de transbordo: **Localidade Retiro - Frente ao Travessão da Figueira,**  
1º Distrito, Município de Torres-RS  
Endereço de destinação final dos resíduos: **Rodovia BR101, s/nº, poço 08, Km 389**  
Município de Içara-SC.

Observações

Informações Complementares

O atestado protocolizado no CREA-RS sob número: **2021042735**, está registrado com as CAT's número(s):

**1915357 1915360**

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 208096 a 208097 o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº **1915360**

16 de Dezembro de 2021 Hora: **10: 7: 20**

A autenticidade e a validade desta certidão devem ser confirmadas no site do Crea-RS ([www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)), em Acesso Rápido - Consulta a autenticidade de uma CAT emitida pelo Crea-RS (caminho atualizado em janeiro de 2020). Informe o nº desta CAT para abertura do documento no formato PDF.

(52)



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA - RS**

Página. 2 514  
CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

**1915360**

ATIVIDADE CONCLUÍDA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o profissional estiver vinculado à essa pessoa jurídica.

A CAT perderá a validade no caso de substituição ou anulação de alguma ART nela constante.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A CAT é válida em todo o território nacional.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio Grande do Sul  
Rua: São Luís, 77, Porto Alegre, RS, CEP 90620-170 - [www.crea-rs.org.br](http://www.crea-rs.org.br)



**CREA-RS**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
do Rio Grande do Sul

53

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten initials]*





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
Rua Bento Gonçalves, 335  
ITAQUI - RS  
5534321100 - CNPJ: 88.120.662/0001-46  
itaqui@itaqui.rs.gov.br  
www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO N° 5563/2024  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 19/06/2024  
Hora: 12:28  
Usuário: ROSECELI ALVES VEPPA  
Público: Sim

99

Processo: 5563/2024

Data: 11/06/2024

Tipo: APRESENTA SOLICITAÇÃO -

Requerente: ANSUS SERVICOS LTDA

Titular do Processo: ANSUS SERVICOS LTDA

Hora: 11:36

Atendente: VERA SUSSANA ESPINDOLA VARGAS

**Despacho: A SAMAI:**

Trata-se do processo contendo as razões recursais, da empresa ANSUS SERVIÇOS LTDA, quanto ao julgamento da habilitação da CC 004/2023, como também, das contra razões das empresas ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA ME e a BRISA TRANSPORTES EIRELI. Encaminho os autos para que a profissional de engenharia ambiental e sanitária se manifeste:

1. em relação a documentação anexada pelas empresa ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA ME e a BRISA TRANSPORTES EIRELI quanto ao atendimento da demonstração de capacidade técnica exigida na CC 004/2023 no item 53 do ato convocatório: "5.3. A documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA consistirá em: 5.3.1 Prova de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, CREA ou CAU da empresa licitante e de seu quadro técnico, no Conselho Competente, com visto na mesma instituição (CREA ou CAU/RS) no caso de empresas sediadas fora do Estado;  
5.3.1.1. O documento acima deve estar com o prazo de validade em vigor e deve comprovar que a empresa e o responsável técnico executam atividade relacionada com o objeto;  
5.3.2. Indicação do(s) responsável(eis) técnico(s), através de declaração da empresa, onde constará no mínimo o(s) nome(s) do profissional(ais) e o(s) seu(s) número(s) de registro(s) no CREA;  
5.3.3. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, em nome da empresa licitante, mediante a apresentação de atestados ou certidões, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA ou CAU);  
5.3.4. Os atestados ou certidões apresentados, deverão comprovar a execução de serviços de características semelhantes e de complexidade tecnológica, equivalente ou superior às parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo.;

2. quanto a possibilidade da execução do serviço do item 2, do Projeto Básico da CC 004/2023, sem a instalação da estação de transbordo;

**CAMPOS ADICIONAIS**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
Rua Bento Gonçalves, 335  
ITAQUI - RS  
5534321100 - CNPJ: 88.120.662/0001-46  
itaqui@itaqui.rs.gov.br  
www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO N° 5563/2024  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 28/06/2024  
Hora: 09:48  
Usuário: THIELLY RODRIGUES TUPARAY  
Público: Sim

100

Processo : 5563/2024

Data : 11/06/2024

Tipo : APRESENTA SOLICITAÇÃO -

Requerente : ANSUS SERVICOS LTDA

Titular do Processo : ANSUS SERVICOS LTDA

Hora : 11:36

Atendente : VERA SUSSANA ESPINDOLA VARGAS

**Despacho : Ao Setor de Licitações,**

Após a análise dos documentos apresentados pelas empresas participantes do processo de Concorrência Pública nº 004/2023 e considerando os questionamentos levantados por este setor, apresentamos a seguinte manifestação:

- Quanto as Qualificações (Item 5.3.1)  
Conforme as documentações apresentadas no processo licitatório, as empresas ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA ME e BRISA TRANSPORTES EIRELI atendem plenamente às exigências do edital e do termo de referência.

• ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA ME:

Responsável Técnico: Renato Fortunati

Qualificações: Engenheiro Sanitarista e Ambiental, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Engenheiro Agrônomo.

Certidões de registro de pessoa física e jurídica junto ao CREA/RS.

• BRISA TRANSPORTES EIRELI:

Responsáveis Técnicos:

Karine Luiza Piacentini (Engenheira Sanitarista e Ambiental, Engenheira Civil)

Eduardo Kaczynski (Engenheiro Químico, Engenheiro de Segurança do Trabalho)

Thiago Pradella (Engenheiro Civil)

Certidões de registro de pessoa física e jurídica junto ao CREA/RS.

Ambas as empresas cumprem a solicitação do item 5.3.1 do Edital, apresentando comprovações e certidões de registro no CREA/RS.

- Quanto a Validade dos Documentos (Item 5.3.1.1)

Foi considerada a data da ocorrência do processo licitatório para verificar a validade dos documentos apresentados, conforme solicitado pelo edital, garantindo que todos os documentos estejam dentro do prazo de validade.

- Quanto a Indicação de Responsáveis Técnicos (item 5.3.2)

Ambas as empresas indicam claramente seus responsáveis técnicos conforme exigido (Folhas 42 e 75 do presente processo).

- Quanto a Comprovação de Aptidão (Itens 5.3.3 e 5.3.4)

Em relação à comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, as empresas apresentaram atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente (CREA). Assim, está evidenciada a compatibilidade e pertinência das atividades com o objeto da licitação.

- Quanto ao Questionamento Desse Setor Referente a Estação de Transbordo

O termo de referência e o edital esclarecem que não é obrigatória a disponibilidade de uma estação de transbordo, conforme item 2.2, letra c, do termo de referência:

"A etapa de transbordo dentro do município deverá ser justificada pelo contratado, devendo ser comprovada a necessidade de operação. Em caso de necessidade, a responsabilidade pela construção, licenciamento e operação será do contratado, e a localização não poderá ser em perímetro urbano."





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
Rua Bento Gonçalves, 335  
ITAQUI - RS  
5534321100 - CNPJ : 88.120.662/0001-46  
itaqui@itaqui.rs.gov.br  
www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 5563/2024  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 28/06/2024  
Hora: 09:48  
Usuário: THIELLY RODRIGUES TUPARAY  
Público: Sim

101

Portanto, cabe às empresas, na formulação de suas propostas, apresentar as alternativas necessárias para tal decisão, justificando a necessidade de uma estação de transbordo quando aplicável.

Além disso, salientamos o item 4.4 do termo de referência:

"A utilização de transbordo em hipótese alguma pode acrescer ao valor global estabelecido para a contratação sem estação de transbordo e os custos relacionados a tal processo não devem ser adicionados na planilha orçamentária."

Ou seja, caso a empresa tenha cotado os valores sem a estação de transbordo, em hipótese alguma poderá acrescer valores futuramente se entender necessário fazer tal operação.

Assim, concluímos a seguinte manifestação e colocamos a SAMAI à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos adicionais.

#### CAMPOS ADICIONAIS

*Thielly R. Tuparay*  
**Thielly Rodrigues Tuparay**  
Engenheira Sanitarista e Ambiental  
CREA/RS 209789

*Lucian Del Fabbro*

**Lucian Del Fabbro**  
Secretário Municipal de Agricultura  
e Meio Ambiente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. [licita@itaqui.rs.gov.br](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br) Ramais 230.231

### ATA Nº 032/2024 – CONCORRÊNCIA 004/2023

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às doze horas, na sala do Setor de Licitações desta Prefeitura, reuniu-se a Comissão de Licitações do Município, a servidora Veridiana Velasque Ferner, a servidora Roseclei Alves Veppo e a servidora Sahemy Siqueira de Souza, nomeados através da Portaria de nº 1702/22, com a finalidade de proferir análise quanto a recurso e contra razões das empresas participantes da Concorrência 004/2023 – contratação de empresa especializada em coleta, transbordo, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos – RSU (Orgânicos), conforme Processo Administrativo nº 7817/2023. As recorrentes apresentaram suas razões dentro do prazo legal, devendo, portanto, serem estas aceitas e devidamente analisadas. Conforme ata 029/2024, a **ANSUS SERVIÇOS LTDA** – CNPJ 05.127.486/0001-00, apresentou recurso, processo administrativo nº 5563/2024, quanto a habilitação das empresas **ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA** – CNPJ 06.136.424/0001-64 e **BRISA TRANSPORTES LTDA** – CNPJ 94.107.919/0001-22, que por sua vez, apresentaram contra razões, através dos processos administrativos nº 5686/2024 e 5771/2024 respectivamente. Os autos foram encaminhados a SAMAI, com o intuito de realizar diligência junto à área técnica de engenharia ambiental e sanitária, quanto:

**Item I do recurso – DA OBRIGATORIEDADE DA ATIVIDADE DE TRANSBORDO** – onde, conforme exame anexado as fls. 100 e 101, a engenheira manifesta: “O termo de referência e o edital esclarecem que não é obrigatória a disponibilidade de uma estação de transbordo, conforme item 2.2, letra c, do termo de referência:

“A etapa de transbordo dentro do município deverá ser justificada pelo contratado, devendo ser comprovada a necessidade de operação. Em caso de necessidade, a responsabilidade pela construção, licenciamento e operação será do contratado, e a localização não poderá ser em perímetro urbano.” Portanto, cabe às empresas, na formulação de suas propostas, apresentar as alternativas necessárias para tal decisão, justificando a necessidade de uma estação de transbordo quando aplicável. Além disso, salientamos o item 4.4 do termo de referência: “A utilização de transbordo em hipótese alguma pode acrescer ao valor global estabelecido para a contratação sem estação de transbordo e os custos relacionados a tal processo não devem ser adicionados na planilha orçamentária.” Ou seja, caso a empresa tenha cotado os valores sem a estação de transbordo, em hipótese alguma poderá acrescer valores





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.

Fone (55) 3432-1100. [licita@itaqui.rs.gov.br](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br) Ramais 230,231

futuramente se entender necessário fazer tal operação". Thielly Rodrigues Tuparay, Engenheira Sanitarista e Ambiental.

**Item II – DA DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DAS EMPRESAS ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA – CNPJ 06.136.424/0001-64 e BRISA TRANSPORTES LTDA – CNPJ 94.107.919/0001-22, QUANTO A NÃO APRESENTAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA PARA OPERAÇÃO DE TRANSBORDO** - onde, conforme exame anexado as fls. 100 e 101, a engenheira manifesta:

“Quanto as Qualificações (Item 5.3.1)

Conforme as documentações apresentadas no processo licitatório, as empresas ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA ME e BRISA TRANSPORTES EIRELI atendem plenamente às exigências do edital e do termo de referência.

• ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA ME:

Responsável Técnico: Renato Fortunati

Qualificações: Engenheiro Sanitarista e Ambiental, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Engenheiro Agrônomo.

Certidões de registro de pessoa física e jurídica junto ao CREA/RS.

• BRISA TRANSPORTES EIRELI:

Responsáveis Técnicos:

Karine Luiza Piacentini (Engenheira Sanitarista e Ambiental, Engenheira Civil)

Eduardo Kaczynski (Engenheiro Químico, Engenheiro de Segurança do Trabalho)

Thiago Pradella (Engenheiro Civil) Certidões de registro de pessoa física e jurídica junto ao CREA/RS.

Ambas as empresas cumprem a solicitação do item 5.3.1 do Edital, apresentando comprovações e certidões de registro no CREA/RS.

- Quanto a Validade dos Documentos (Item 5.3.1.1)

Foi considerada a data da ocorrência do processo licitatório para verificar a validade dos documentos apresentados, conforme solicitado pelo edital, garantindo que todos os documentos estejam dentro do prazo de validade.

- Quanto a Indicação de Responsáveis Técnicos (item 5.3.2)

Ambas as empresas indicam claramente seus responsáveis técnicos conforme exigido (Folhas 42 e 75 do presente processo).

2



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

## Estado do Rio Grande do Sul

Rua Bento Gonçalves, nº 335. Bairro Centro. CEP 97.650-000.  
Fone (55) 3432-1100. [licita@itaqui.rs.gov.br](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br) Ramais 230,231


- Quanto a Comprovação de Aptidão (Itens 5.3.3 e 5.3.4)

Em relação à comprovação de aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, as empresas apresentaram atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados na entidade profissional competente (CREA). Assim, está evidenciada a compatibilidade e pertinência das atividades com o objeto da licitação". Thielly Rodrigues Tuparay, Engenheira Sanitarista e Ambiental.

Diante da manifestação da área técnica esta comissão de licitações decide por manter a decisão proferida na ata 029/2024, onde habilitou as empresas **ANSUS SERVIÇOS LTDA** – CNPJ 05.127.486/0001-00, **ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA** – CNPJ 06.136.424/0001-64 e **BRISA TRANSPORTES LTDA** – CNPJ 94.107.919/0001-22.

Não havendo nada mais a constar, foi dada por encerrada a presente ata às doze horas e trinta e um minutos, que vai assinada por todos os presentes.

  
Veridiana Velasque Ferner  
Presidente da CL

  
Roseclei Alves Veppo  
Vice-Presidente CL

  
Sahemy Siqueira de Souza  
Suplente CL





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua Bento Gonçalves, 335

ITAQUI - RS

5534321100 - CNPJ : 88.120.662/0001-46

itaqui@itaqui.rs.gov.br

www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 5563/2024  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 28/06/2024  
Hora: 12:42  
Usuário: ROSELEI ALVES VEPP  
Público: Sim

105

Processo : 5563/2024

Data : 11/06/2024

Tipo : APRESENTA SOLICITAÇÃO -

Requerente : ANSUS SERVICOS LTDA

Titular do Processo : ANSUS SERVICOS LTDA

Hora : 11:36

Atendente : VERA SUSSANA ESPINDOLA VARGAS

**Despacho : A PGM:**

Encaminho os autos para análise e parecer quanto as razões recursais da empresa ANSUS SERVIÇOS LTDA – CNPJ 05.127.486/0001-00, como também, contra razões das empresas ECO VERDE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO LTDA – CNPJ 06.136.424/0001-64 e BRISA TRANSPORTES LTDA – CNPJ 94.107.919/0001-22. Segue anexada a ata 032/2024, que trata do julgamento do recurso e das contra razões pela comissão de licitações.

**CAMPOS ADICIONAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
**Estado do Rio Grande do Sul**

R: Bento Gonçalves – 335 – Bairro: Centro – CEP: 97650-000

Fone (55) 3432-1100-Fax-(55) 3433 2323 –

Procuradoria do Município – Ramais 245, 246 e 247

**Processo Administrativo nº 5563/2024**

**Interessado: ANSUS SERVIÇOS LTDA – CNPJ: 05.127.846/0001-00**

**Parecer nº 443/2024**

**Sr. Prefeito,**

Cuida-se de expediente administrativo instruído com recurso administrativo apresentado pela empresa ANSUS SERVIÇOS LTDA face a habilitação de todas as empresas participantes do certame de Concorrência Pública n. 04/2023.

De antemão verifica-se que ambas as peças encontram-se tempestivas, com fundamento no artigo 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/1993, bem como se deram em razão de ato administrativo decisório.

Vieram os autos para análise e emissão de parecer.

Inicialmente, cumpre destacar que a presente manifestação da assessoria jurídica é de cunho estritamente jurídico, exarada com base unicamente nas informações e documentos apresentados nos autos, não tendo o condão de cancelar decisões de cunho técnico ou administrativo, ou de efetuar juízo de conveniência e oportunidade.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A Concorrência Pública n. 04/2023 tem por objeto a contratação de empresa especializada em coleta, transbordo, transporte e destinação final de resíduos solos urbanos – RSU (Orgânicos e Seletivos). Nesse sentido, informa-se que o edital de pregão eletrônico foi publicado em 27 de novembro de 2023, com a previsão de disputa de preços sinalizada para o dia 28 de dezembro de 2023, tendo sido adotado o critério de julgamento menor preço por item. Ato contínuo, houve a suspensão do certame, com republicação do edital e nova data marcada para 24 de maio de 2024.

Analisando os autos do processo administrativo que instruiu a licitação, observa-se que esta obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei nº 8.666/1993, no tocante à modalidade e ao procedimento. Verifica-se que foram cumpridas as formalidades de publicidade do procedimento, a existência de dotação orçamentária, a realização de pesquisa de

100  
EP



preços, etc. Restando, portanto, obedecidos os pressupostos legais, razões pelas quais não há que se falar em ilegalidade, no sentido de respeito às formalidades procedimentais.

A presente peça recursal versa, em sua essência, sobre questões técnicas e gerenciais, as quais foram devidamente justificadas pela área técnica competente, conforme se extrai do documento de fls. 100/101.

A empresa, irressignada com o ato decisório proferido pela Administração Pública, requer, nestes autos, a inabilitação das demais participantes, haja vista que nas suas razões estas foram *habilitadas em desconformidade com o respectivo edital, ante a ausência de apresentação completa de documentação de habilitação* (fl.13).

Com efeito, é pertinente consignar que a análise do presente parecer cinge-se à questão jurídica, tal importa dizer, a divergência entre o Termo de Referência e o Edital, no que diz respeito ao critério de julgamento. Isso porque, as demais questões suscitadas pela recorrente, já foram objeto de análise pela respectiva área técnica.

Assim, alegou que a exigência do ente municipal *indicou a proposta em itens, como forma de que se demonstre de forma especificada os valores para cada etapa do serviço a ser realizado, e que em momento algum as etapas podem ser dispensadas* (fl.03).

A área técnica atestou que *caso a empresa tenha cotado os valores sem a estação de transbordo, em hipótese alguma poderá crescer valores futuramente, se entender necessário fazer tal operação* (fl.101).

Por sua vez, a Comissão de Licitação, composta pelas servidoras Veridiana Velasque Ferner, Roseclei Alves Veppo e Sahemy Siqueira de Souza, que conduziu o certame, entendeu, com base na manifestação da área técnica, pela inalteração da decisão proferida na ata 029/2024, ou seja, mantendo o ato decisório de habilitação das empresas licitantes, conforme Ata n. 032/2024 (fls.102/104).

A esse respeito, cabe destacar que o termo de referência trata-se de instrumento acessório ao edital de certame licitatório, figurando o edital como fonte criadora de direitos e obrigações. No caso em tela, a previsão constante no Termo de Referência que dispõe que a proposta será selecionada com o menor valor global da soma dos itens 01 e 02, diverge daquela estipulada no Edital de Concorrência Pública que estabelece a adjudicação por item.

Dito isto, embora as diretrizes do termo de referência possam vincular os licitantes, porque parte integrante do edital, sua natureza meramente informativa e complementar não pode se sobrepor às previsões do instrumento editalício.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União já firmou precedentes, senão vejamos:

"17. Em síntese, a prática adotada pela Administração no procedimento licitatório denota a existência de duas peças, quais sejam, termo de referência e edital, distintas uma da outra. E o termo de referência, publicado como anexo ao edital, é, como já

107  
ep

103  
JP

mencionado, peça acessória, complementar do edital. **Havendo incongruências entre seu conteúdo e o do edital, prevalecem as disposições deste.** Na situação fática em análise, o termo de referência, anexo ao edital, constitui fonte de informações para esclarecimentos." TCU. Acórdão 3.139/14 – Plenário.

Todavia, o julgado acima transcrito ressalva a necessidade de ser analisado caso a caso, a fim de averiguar se o grau de divergências detectadas, podem, ou não, conduzir à nulidade do certame.

Portanto, caberá a área técnica demandante atestar se a incongruência das informações prestadas nos documentos, possui condão de tornar nulo o certame. Nesse caso, identificou-se, pela análise emitida nas fls. 100 e 101 dos autos, que a falha em questão não obsta o prosseguimento da licitação em análise, uma vez que cabe às empresas, na formulação de suas propostas, apresentar as alternativas necessárias para cumprimento ou não da cláusula 2.2, alínea "c" do termo de referência (fl.101).

À vista disso, não se pode macular a própria finalidade da licitação, restringindo a concorrência e prejudicando a possibilidade de que a Administração Pública analise todas as propostas passíveis de conhecimento ao tempo do certame, ou seja, apresentadas por concorrentes que, à época da habilitação, apresentavam as condições estabelecidas no edital.

Assim, com relação ao recurso interposto pela empresa recorrente, o mesmo não merece prosperar, eis que não tem o condão de alterar a decisão já proferida, pelos fatos e fundamentos acima expostos.

Desse modo, com base nos princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, competitividade, julgamento objetivo e fundamentos expostos, OPINA-SE pelo desprovisionamento do recurso administrativo e pela manutenção do ato administrativo decisório, a fim de manter habilitação de todas as licitantes concorrentes do Certame de Concorrência Pública n. 04/2023.

Ante o exposto é o parecer, salvo melhor juízo, respeitadas as opiniões em sentido contrário, pelo não provimento do recurso administrativo, ficando a decisão final quanto a viabilidade e deferimento das razões recursais, à oportunidade e conveniência do Poder Executivo, neste ato representado pelo Sr. Prefeito.

Itaqui (RS), 1º de julho de 2024.

  
ELEONORA DA SILVA ANDRADE  
ASSESSORA JURÍDICA  
OAB/RS 107.496



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI

Rua Bento Gonçalves, 335

ITAQUI - RS

5534321100 - CNPJ: 88.120.662/0001-46

itaqui@itaqui.rs.gov.br

[www.itsgui.rs.gov.br](http://www.itsgui.rs.gov.br)

PROCESSO Nº 5563/2024  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 01/07/2024  
Hora: 08:34  
Usuário: GIAN DE SOUZA FERNER  
Público: Sim

Processo : 5563/2024

Data : 11/06/2024

**Tipo :** APRESENTA SOLICITAÇÃO -

Titular do Processo : ANSUS SERVICOS LTDA

Hora : 11:36

Atendente : VERA SUSSANA ESPINDOLA VARGAS

Requerente : ANSUS SERVICOS LTDA

**Despacho :** Nestes autos, a Empresa ANSUS SERVIÇOS LTDA - CNPJ 05.127.846/0001-00 apresenta, de forma tempestiva, interposição de recurso administrativo em face a habilitação de todas as empresas participantes do certame de Concorrência Pública nº 04/2023, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em coleta, transbordo, transporte e destinação final de resíduos solos urbanos – RSU (Orgânicos e Seletivos). Neste caso, considerando o Parecer Nº 443/2024 da Assessoria da Procuradoria-Geral do Município, nas folhas 106 a 108; considerando a manifestação técnica da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, nas folhas 100 e 101 destes autos, e ainda, destacando que o termo de referência trata-se de instrumento acessório ao edital de certame licitatório, figurando o edital como fonte criadora de direitos e obrigações, decido pelo NÃO ACOLHIMENTO do recurso interposto e decido pela manutenção do ato administrativo decisório proferido, a fim de manter a habilitação de todas as licitantes concorrentes do Certame de Concorrência Pública nº 04/2023. Remetam-se os autos ao Setor de Licitações, para demais providências necessárias, observando-se, em tudo, a legislação vigente e o parecer jurídico citado.

Em 01 de julho de 2024 - 2ª feira.

LEONARDO DICSON  
SANCHEZ  
BETIN-01726391078

LEONARDO BETIN  
Prefeito

## CAMPOS ADICIONAIS

**web**

Assunto: **RESPOSTA AO RECURSO**  
De: <roseclei.veppo@itaqui.rs.gov.br>  
Para: <juridico@ecoverde.eco.br>  
Cc: <rudi@ecoverde.eco.br>  
Data: 01/07/2024 10:37  
Prioridade: Mais alta

- 
- RESPOSTA AO RECURSO HABILITAÇÃO.pdf (~5.4 MB)

BOM DIA,

SEGUE RESPOSTA AO RECURSO DA EMPRESA ANSUS SERVIÇOS LTDA QUANTO AO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CC 004/2023. NO MESMO ENSEJO, COMUNICO QUE A ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS SERÁ REALIZADA NO DIA 03/07/2024 AS 10:00 HS NA SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE ITAQUI/RS.

ROSECLEI VEPPO

SETOR DE LICITAÇÕES.



11



Assunto: **RESPOSTA AO RECURSO**  
De: <roseclei.veppo@itaqui.rs.gov.br>  
Para: <ansus@ansus.com.br>  
Cc: <juridico@ansus.com.br>  
Data: 01/07/2024 10:38  
Prioridade: Mais alta

- RESPOSTA AO RECURSO HABILITAÇÃO.pdf (~5.4 MB)

BOM DIA,

SEGUE RESPOSTA AO RECURSO DA EMPRESA ANSUS SERVIÇOS LTDA QUANTO AO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CC 004/2023. NO MESMO ENSEJO, COMUNICO QUE A ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS SERÁ REALIZADA NO DIA 03/07/2024 AS 10:00 HS NA SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE ITAQUI/RS.

ROSECLEI VEPPPO

SETOR DE LICITAÇÕES.

Assunto: **RESPOSTA AO RECURSO**  
De: <roseclei.veppo@itaqui.rs.gov.br>  
Para: <licitacao@ogbtrans.com.br>  
Cc: <brisatrans@hotmail.com>  
Data: 01/07/2024 10:39  
Prioridade: Mais alta

  
**web**

- 
- RESPOSTA AO RECURSO HABILITAÇÃO.pdf (~5.4 MB)

BOM DIA,

SEGUE RESPOSTA AO RECURSO DA EMPRESA ANSUS SERVIÇOS LTDA QUANTO AO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA CC 004/2023. NO MESMO ENSEJO, COMUNICO QUE A ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS SERÁ REALIZADA NO DIA 03/07/2024 AS 10:00 HS NA SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE ITAQUI/RS.

ROSECLEI VEPPPO

SETOR DE LICITAÇÕES.